



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO *CAMPUS* (PDC) CAMPO GRANDE - IFMS

Campo Grande – MS
2014-2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Francisco Alves da Silva

Reitor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Luiz Simão Staszczak

Pró-Reitor de Administração

José Ricardo Guimarães Garcia

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Daniela Matté Amaro Passos

Pró-Reitora de Ensino e Pós-Graduação

Delmir da Costa Felipe

Pró-Reitor de Extensão e Relações Institucionais

Airton José Vinholi Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Marco Hiroshi Naka

Diretora Geral

Rosane de Brito Fernandez Garcia

Comissão de Elaboração do Plano de Desenvolvimento do *Campus* Campo Grande:

Presidente: Rosane de Brito Fernández Garcia

Vice- Presidente: Juliana Danielly de Rezende Miguel

Membros: Dejahyr Lopes Junior, Eder de Souza Rodrigues, Enzo Gabriel Martins Menezes, Jiyan Yari, João Otávio Cenedezi Pimenta, Marli Selini de Oliveira, Paulo César Braga, Rita De Cássia Carvalho Gonçalves



SUMÁRIO

1 FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VALORES E VISÃO DO IFMS	05
1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS	06
1.2.1 Missão	07
1.2.2 Visão	07
1.2.3 Valores	07
2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO CAMPUS	07
2.1 MISSÃO	07
2.2 VISÃO	08
2.3 VALORES	08
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	08
3.1 OBJETIVOS E METAS DO CAMPUS CAMPO GRANDE	08
3.1.1 Diretoria Geral – DIRGE	09
3.1.2 Chefia de Gabinete – GABIN	10
3.1.3 Setor de Tecnologia da Informação e Suporte Técnico – SERTI	10
3.1.4 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE	11
3.1.5 Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional – NUGED	12
3.1.6 Diretoria de Ensino – DIREN	13
3.1.7 Coordenação dos Cursos do Eixo Tecnológico em Controle e Processos	14
3.1.8 Coordenação do Curso do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação	15
3.1.9 Coordenação de Educação a Distância	15
3.1.10 Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	16
3.1.11 Coordenação de Gestão Acadêmica – COGEA	16
3.1.12 Biblioteca	17
3.1.13 Central de Relacionamento – CEREL	18
3.1.14 Direção de Pesquisas, Extensão e Relações Institucionais – DIRER	19
3.1.15 Coordenação de Extensão e Relações Institucionais – COERI	19
3.1.16 Coordenação de Pesquisa e Inovação – COPEI	20
3.1.17 Diretoria de Administração – DIRAD	21
3.1.18 Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP	22
3.1.19 Coordenação de Materiais – COMAT	22
3.1.20 Coordenação de Administração da Sede – COADS	23
4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	24
4.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPUS CAMPO GRANDE	24
4.2 HISTÓRICO DO CAMPUS CAMPO GRANDE	25
4.3 INSERÇÃO REGIONAL	27
4.3.1 Vocação Empresarial da Região de Campo Grande	29
4.4 IDENTIDADE – FUNÇÃO SOCIAL - MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS	32



4.4.1 Missão	32
4.4.2 Visão	32
4.4.3 Valores	32
4.5 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS - METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO CAMPUS	33
4.5.1 Organização Didático-Pedagógica da Instituição	34
4.5.2 Flexibilidades dos Componentes Curriculares	34
4.5.3 Oportunidades Diferenciadas de Integralização	35
4.5.4 Atividades Práticas e Estágios	35
4.5.5 Incorporações de Avanços Tecnológicos	35
4.5.6 Políticas de Ensino (EJA)	37
4.5.7 Políticas de Extensão	39
4.5.8 Políticas de Pesquisas e Inovação	41
4.5.9 Políticas de Gestão de Pessoas	42
4.5.10 Políticas de Educação Inclusiva – Políticas de Assistência Estudantil	46
4.5.11 Políticas de Assistência Estudantil	46
4.5.12 Políticas de Educação Ambiental	50
4.5.13 Políticas de Educação no Campo	52
4.5.14 Políticas de Acesso – Ações Afirmativas	53
4.5.15 Políticas de Educação a Distância	54
4.5.16 Políticas de Avaliação Institucional	55
4.5.17 Políticas de Atendimento aos Estudantes	57
4.5.18 Políticas de Acompanhamento dos Egressos	61
5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS	62
5.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS E DE CADA UM DE SEUS CURSOS	62
6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA DO CAMPUS	65
6.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA (SÍNTESE)	65
6.1.1 Perfil do Corpo Social (Docentes e Técnicos Administrativos)	66
6.1.2 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas	69
6.1.2.1 Biblioteca	69
6.1.2.1.1 Projeção de ampliação e melhoria da infraestrutura para a Biblioteca	70
6.1.2.2 Laboratórios: Instalações e Equipamentos Existentes a Serem Adquiridos	71
6.1.2.2.1 Laboratórios de informática	71
6.1.2.2.2 Laboratórios de mecânica	72
6.1.2.2.3 Laboratórios de eletrotécnica	73
7 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	73



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



8 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA	74
9 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	75
10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	77
11 INDICADORES DE DESEMPENHO DO CAMPUS	77
REFERÊNCIAS	78



1 FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VALORES E VISÃO DO IFMS

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, *Campus* Campo Grande resulta do compromisso firmado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo Ministério da Educação (MEC) e tem como um de seus pilares a criação e ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O Ministério da Educação propôs um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que se estruturou a partir do potencial instalado nos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e vinculadas às Universidades Federais.

Os Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que “exigem multiplicidade e não uniformidade”. Visam à construção da autonomia e a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Fundamentam-se, para isso, em seis pilares: visão sistêmica de educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social.

A proposta dos novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia direciona-se na perspectiva de desenvolvimento econômico e social brasileiro, visando à promoção da justiça social, da equidade, da competitividade econômica e da geração de novas tecnologias e suas ações visarão às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.



O que está em curso com a criação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, portanto, reafirma que a formação humana e cidadã precedem à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.

Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no qual está incluída a criação dos diversos *campi* do IFMS. O *Campus* Campo Grande – IFMS é decorrente de ações articuladas entre a União com o Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Campo Grande, e visou à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a modalidade da educação à distância (EAD).

Não resta dúvida que, a partir de agora, o que se cumpre, delinea definitivamente a função social do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* Campo Grande que é a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, como processo educativo e investigativo em todos os seus níveis e modalidades, e em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo e ao cooperativismo. Assim, é nessa definição de sentidos que devem ficar estabelecidas a natureza e a singularidade desta instituição.

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul por meio de consulta pública, definiu sua missão, visão e valores que são também observados no âmbito do *Campus* Campo Grande – IFMS.



1.2.1 Missão

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissionais humanistas e inovadores, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

1.2.2 Visão

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2.3 Valores

- Inovação;
- Ética;
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional;
- Transparência;
- Compromisso Social.

2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO CAMPUS

2.1 MISSÃO

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissionais humanistas e inovadores, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.



2.2 VISÃO

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho em Campo Grande e região.

2.3 VALORES

- Inovação;
- Ética;
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional;
- Valorização da diversidade;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Valorização do Servidor;
- Qualidade e Excelência na Gestão Pública.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1 OBJETIVOS E METAS DO CAMPUS CAMPO GRANDE

A integração da educação profissional ao contexto sócio-produtivo, prevista na Lei de Diretrizes de Base - LDB 9.934 de 1996 e na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, requer uma gestão dinâmica e eficiente, que atue de forma planejada em função da diversidade do contexto de ensino-aprendizagem.

A partir das discussões realizadas com a comunidade acadêmica, e com base Plano de Desenvolvimento Institucional, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, no Plano de Ação Específica- PAE, o Plano de Desenvolvimento do *Campus* - PDC delineou os objetivos e metas para cada setor, descritos abaixo:



3.1.1 Diretoria Geral - DIRGE

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Incentivar a criação de programas e ambientes que promovam a melhoria do desempenho funcional dos servidores	1-Ambientação dos novos servidores e estudantes;	X	X	X	X	X
	2- Apoiar a elaboração de projetos visando à capacitação de forma a possibilitar que professores e técnicos administrativos possam galgar novas titulações;	X	X	X	X	X
Aprimorar a Comunicação do Campus visando melhorar a eficiência do atendimento ao cidadão que busca informação e os serviços do campus	1-Formação de equipe de trabalho para Assegurar uma comunicação interna e externa, objetiva e transparente.			X	X	X
Aprimorar a Gestão do Campus visando melhorar o atendimento a comunidade acadêmica e a sociedade.	1- Realização de reunião geral com os servidores para a tomada de decisão sobre os problemas do <i>campus</i> de forma participativa e transparente.		X	X	X	X
Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA, objetivando a prevenção dos riscos de acidentes no <i>campus</i> .	1- Envolver os servidores na formação da comissão;			X	X	X
	2- Capacitar servidores para atuar.				X	X



3.1.2 Chefia de Gabinete - GABIN

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Organizar o fluxo de informações entre a Dirge e os setores do <i>campus</i> .	1-Divulgar o campus e promover atividades político-administrativas com a sociedade, pessoalmente, ou por meio de ofício;	X	X	X	X	X
	2- Organizar as reuniões do Diretor, selecionando os assuntos;	X	X	X	X	X

3.1.3 Setor de Tecnologia da Informação e Suporte Técnico – SERTI

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Manter infraestrutura de rede nas unidades do campus Campo Grande	1-Promover a melhora do aspecto estético das instalações de rede; 2-Realizar a manutenção na rede lógica dos laboratórios		X	X	X	X
Manutenção da segurança da rede do câmpus Campo Grande	1-Atualizar o sistema de segurança de ponto-final nos computadores dos servidores e laboratórios do câmpus	X	X	X	X	X
Melhorar tecnologia de comunicação e minimizar o desperdício de papel do campus	1- Gerenciar e ampliar o serviço de telefonia VoIP; 2-Instalar o sistema de cotas de impressão		X	X	X	X



3.1.4 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNE

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Estabelecer ações para o atendimento aos estudantes com deficiência ou com necessidades específicas	1-Regulamentar o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE;	X	X	X	X	X
	2-Organizar banco de dados com informações de saúde dos estudantes (PNE).	X	X	X	X	X
Promover a prática da inclusão social, cultura de convivência e respeito à diferença	1- Realizar eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores e estudantes para as práticas inclusivas em âmbito institucional;	X	X	X	X	X
	2- Oferecer suporte aos projetos de inclusão;	X	X	X	X	X
	3- Propor parcerias com instituições públicas e privadas, bem como órgãos representativos de Pessoas com deficiência e ou com Necessidades Educacionais Específicas.	X	X	X	X	X



3.1.5 Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional - NUGED

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Planejar e implementar ações que promovam condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas para o bom desempenho de professores e alunos em sala de aula, de modo a se obter sucesso na aprendizagem.	1. Implementar e executar no câmpus a Política da Assistência Estudantil;	X	X	X	X	X
	2. Promover ações que visem assegurar o acesso, permanência e êxito dos estudantes, com práticas voltadas à assistência estudantil, acompanhamento da frequência, desempenho, orientação profissional e promoção e intervenção à saúde;	X	X	X	X	X
	3. Implementar ações de acompanhamento pedagógico, com formação, orientação e avaliação aos docentes;	X	X	X	X	X
	4. Implementar o Programa de Avaliação de Desempenho;	X	X	X	X	X
	5. Promover ações que visem assegurar a execução do Programa de Capacitação de servidores.	X	X	X	X	X
Promover a educação permanente em saúde no câmpus Campo Grande, para servidores.	1. Oferecer treinamento sobre Primeiros Socorros para leigos.		X	X	X	X



Realizar estudo de redimensionamento de servidores entre os setores sistêmicos e mapeamento de processos.	1. Levantar as atividades dos setores;		X	X	X	X
	2. Levantar frente às atividades o número ideal para cada setor;			X		
	3. Realizar junto aos setores o mapeamento dos processos			X	X	X

3.1.6 Diretoria de Ensino – DIREN

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Subsidiar as Coordenações na gestão pedagógica no campus	Colaborar semestralmente no desenvolvimento de 02 iniciativas de promoção da inter/transdisciplinaridade, permanência ou êxito acadêmico	X	X	X	X	X
Promover debates e reflexões sobre ensino-aprendizagem	Realizar 2 encontros semestrais com a comunidade interna e estudiosos de temas relacionados.	X	X	X	X	X
Gerir o fluxo de processos e informações demandados	Aprimorar progressivamente o fluxo de processos e gerar devolutiva nas demandas em prazos não superiores a 7 dias úteis.	X	X	X	X	X
Projetar evolução e desenvolvimento dos cursos e condições estruturais, logísticas e de pessoal necessárias.	Promover 2 reuniões semestrais com a comunidade interna e externa para avaliar os cursos atuais e as novas possibilidades de ofertas.	X	X	X	X	X



3.1.7 Coordenação dos Cursos do Eixo Tecnológico em Controle e Processos - COCIP

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Diminuição da evasão e retenção de estudantes no eixo	1-Acompanhar semestralmente as notas dos alunos;	X	X	X	X	X
	2- Acompanhar a quantidade de estudantes que foram transferidos e que trancaram matrícula;	X	X	X	X	X
	3-Trabalhar em consonância com o NUGED a fim de identificar, no início, possíveis desistentes do curso	X	X	X	X	X
Incentivar a participação dos pais no processo de ensino e aprendizagem do estudante, propiciando a interação família e escola.	1-Organizar e desenvolver reuniões periódicas com os pais para criar estratégias que permitam maior interação e participação dos pais ao processo de ensino e aprendizagem;	X	X	X	X	X
Organizar visitas técnicas e minicursos complementares para um maior conhecimento do curso.	1- Agilizar o processo burocrático para a realização das visitas programadas;	X	X	X	X	X
	2- Acompanhar orçamento disponível para a realização de visitas técnicas.	X	X	X	X	X



3.1.8 Coordenação do Curso do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação - COINF

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Readequação de materiais do laboratório de manutenção e suporte de computadores.	1-Inventariar e organizar os materiais no laboratório de manutenção e suporte em informática;	X	X	X	X	X
	2-Expor os materiais aos docentes e discentes promovendo o uso nas disciplinas e projetos.	X	X	X	X	X
Incentivar a utilização do Moodle como apoio as disciplinas presenciais.	1- Aumentar número de docentes que utilizam o Moodle;		X	X	X	X

3.1.9 Coordenação de Educação a Distância - COEAD

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Acompanhar o processo de acesso, permanência e conclusão dos alunos dos cursos Ead do <i>Campus</i> .	1- Atendimento aos alunos nos horários de aula.	X	X	X	X	X
	2- Visista as salas e envio de e-mail e mensagem via fórum;	X	X	X	X	X
	3- Mudar o horário de trabalho para acompanharos estudantes e tutores.	X	X	X	X	X
Acompanhar e colaborar com a CEREL nos processos de certificação dos alunos EaD.	1- Atualização da planilha de notas para exportação ao programa de matrículas.	X	X	X	X	X



3.1.10 Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet - COTSI

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Readequação de materiais do laboratório de manutenção e suporte de computadores.	1-Inventariar e organizar os materiais no laboratório de manutenção e suporte em informática;	X	X	X	X	X
	2-Expor os materiais aos docentes e discentes promovendo o uso nas disciplinas e projetos.	X	X	X	X	X
Incentivar a utilização do <i>Moodle</i> como apoio as disciplinas presenciais.	1- Aumentar número de docentes que utilizam o <i>Moodle</i> ;	X	X	X	X	X
Implantar os espaços de decisão colegiada do cursos superior (NDE)	Realizar 3 encontros semestrais com o NDE para discussão de temas relacionados a COTSI				X	X

3.1.11 Coordenação de Gestão Acadêmica - COGEA

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Desenvolver meios para otimizar o processo de matrícula	1-Em conjunto com as coordenações estudar estratégia de execução da matrícula;	X	X	X	X	X



	2- Levantar recursos materiais e humanos necessários aos processos de matrícula, colação de grau, arquivamento de documentação.	X	X	X	X	X
Orientar e acompanhar os procedimentos operacionais da Central de Relacionamento - CEREL	1- Desenhar o fluxo de processo na CEREL;			X	X	X
	2- Gerenciamento de pessoal para melhor aplicação dos recursos humanos;			X	X	X

3.1.12 Biblioteca

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Planejar o novo layout da biblioteca em virtude da programação de mudança de prédio provisório e melhor atendimento dos usuários.	1- Disposição, no novo espaço da biblioteca, das estantes e demais itens do mobiliário e reorganização e remanejamento do acervo;		X	X	X	X
	2- Priorizar mudanças no layout para adequar o espaço da biblioteca ao atendimento aos portadores de necessidade especiais;		X	X	X	X



Aquisição de licença de uso vitalício de software para gerenciamento de biblioteca de forma a favorecer o acesso a informação atualizada e garantir melhor atendimento aos usuários;	1- Colaborar com a preparação do Termo de Referência; 2- Fazer análise do produto vencedor da licitação;		X	X		
Apresentar o espaço, o acervo e o regulamento da biblioteca às turmas de calouros.	1- Trazer as novas turmas à biblioteca para conhecer as obras da biblioteca como forma de incentivar a leitura;		X	X	X	X

3.1.13 Central de Relacionamento - CEREL

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Buscar eficiência e eficácia no atendimento aos usuários do campus.	1-Orientação no processo de matrícula;	X	X	X	X	X
	2- informar através de folders explicativos os serviços e a forma de solicitação de documentos na Ceral;	X	X	X	X	X
	3-Capacitação dos servidores do setor;	X	X	X	X	X
Mapear as dificuldades e administração da tramitação de documentos.	1-Organizar em ordem alfabética a pasta individual do estudante no arquivo ativo e passivo;		X	X	X	X
	2-Digitalizar os documentos de identificação da pasta individual do estudante.		X	X	X	X



3.1.14 Direção de Pesquisas, Extensão e Relações Institucionais – DIRER

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Fomentar e gerir políticas de pesquisa e extensão no <i>Campus</i> a partir dos editais internos e externos.	1- Realizar divulgações e estimular ações de integração entre docentes, estudantes e pais no âmbito da pesquisa e da extensão, incrementando a participação dos estudantes em Eventos, Feiras e Congressos Científicos;	X	X	X	X	X
	2 - Ampliar a participação dos estudantes em projetos de pesquisas e extensão;	X	X	X	X	X
Ampliar número da base convênios de estágio	1 - Visitar empresas para explicar como funcionam os cursos do IFMS no intuito de captar vagas de estágio.	X	X	X	X	X
	2 - Distribuir material físico e digital de divulgação com as atribuições de cada curso.	X	X	X	X	X

3.1.15 Coordenação de Extensão e Relações Institucionais – COERI

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Promover eventos com benefício direto à comunidade interna e externa.	1 - Fomentar oficinas promovidas pelos servidores para os próprios servidores.	X	X	X	X	X
	2 - Promover oficinas ministradas pelos próprios estudantes com as habilidades que eles têm.	X	X	X	X	X
	3 - Dar suporte aos eventos já definidos no calendário escolar.	X	X	X	X	X



Auxiliar no processo de realização de visita técnica	1 - Apresentar ao estudante empresas de sua futura área de atuação com o intuito de complementação de conhecimento e observação do cenário real.	X	X	X	X	X
Acompanhar e realizar procedimentos para realização de estágio	1 - Executar e acompanhar os processos de estágio dos estudantes da instituição.	X	X	X	X	X
Acompanhar e realizar procedimentos para acompanhamentos de alunos egressos	1 - Contactar semestralmente os estudantes egressos com o intuito de mantermos atualizada nossa base de dados para oferta de vagas de emprego e para obtenção de informações institucionais sobre o curso.			X	X	X

3.1.16 Coordenação de Pesquisa e Inovação – COPEI

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Ampliar a participação de estudantes em projetos de pesquisa.	1- Realizar divulgações de resultados de pesquisas e oportunidades aos estudantes, visando apoiar e estimular a submissão de projetos em editais de fomento e a participação em Eventos, Feiras e Congressos Científicos;	X	X	X	X	X
	2 - Esclarecer dúvidas sobre submissão de projetos de pesquisa.	X	X	X	X	X



Implantar uma política de empreendedorismo dentro do campus	1 - Coordenar aplicação de cursos, palestras e eventos de empreendedorismo no <i>campus</i> .	X	X	X	X	X
	2 - Divulgar e incentivar a participação de estudantes em atividades relacionadas ao empreendedorismo	X	X	X	X	X
Promover a criação de um protocolo de orientação sobre propriedade intelectual	1 - Criar grupos de discussão com os servidores capacitados pelo INPI - PROPI	X	X	X	X	X

3.1.17 Diretoria de Administração – DIRAD

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Suprimir com insumos as atividades da missão e visão do Campus, assim como o cumprimento das funções dos servidores.	1- Otimização do uso de materiais reduzindo os custos;	X	X	X	X	X
	2-orientação aos setores sobre consumo sustentável, uso consciente da água e energia;		X	X	X	X



3.1.18 Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Fomentar programas de capacitação dos servidores e garantir prestação de informações e execução das atividades relativas à vida funcional dos servidores.	1- Acompanhar capacitação e desenvolvimento de pessoal;	X	X	X	X	X
	2- Atender a todos os servidores do Campus, com eficiência e eficácia;	X	X	X	X	X
	3-Orientar através de reunião por setores a aplicação da legislação e normas de pessoal do IFMS;		X	X	X	X

3.1.19 Coordenação de Materiais – COMAT

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Executar procedimentos de compras com planejamento	1-Orientar os setores com o seus pedidos de compras de materiais, tornando processo eficientes e eficazes; 2- Auxiliar o campus na redução de custos;	X	X	X	X	X
		X	X	X	X	X
Organizar e controlar o Almoxarifado, para atendimento com eficácia;	1-Alocação (carga patrimonial) e impressão dos respectivos Termos de Responsabilidade de todos os materiais permanentes do <i>Campus</i> Campo Grande.	X	X	X	X	X



3.1.20 Coordenação de Administração da Sede – COADS

Objetivos	Metas	Cronograma				
		2014	2015	2016	2017	2018
Atender demandas relacionadas à Administração da Sede, com eficiência e legalidade, de forma a proporcionar condições estruturais ideais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da Instituição.	1-Levantar necessidades, sugestões e críticas junto aos setores atendidos.	X	X	X	X	X
	2-Diminuir o tempo de atendimento das demandas apresentadas.		X	X	X	X
Planejar melhorias e soluções de uso racional da estrutura e recursos disponíveis.	1-- Otimizar o uso dos recursos disponíveis;	X	X	X	X	X
	2-Controlar efetivamente a execução e eficácia dos serviços prestados.	X	X	X	X	X



4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

4.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPUS CAMPO GRANDE

Para Veiga (2002) o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve se constituir em resultado de uma ação coordenada e intencional da comunidade escolar. “Dessa forma, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.” A dimensão política do PPP evidencia-se na perspectiva do compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Essa autora enfatiza ainda que na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo, por meio da definição de ações educativas e características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

De acordo com as concepções e diretrizes dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, o IFMS - *Campus* Campo Grande atuará em todos os níveis e modalidades da educação profissional, orientando seus processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. (BRASIL, 2008)

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS (PDI 2014/2018), o *Campus* Campo Grande tem compromisso com uma sociedade mais igualitária, justa e ambientalmente correta. A responsabilidade social abarca tanto as ações no nível interno da instituição, bem como com a sociedade em geral, quanto os próprios processos de formação profissional, desenvolvidos por meio de seus cursos. O trabalho educativo com as unidades



curriculares previstas no projeto pedagógico de curso fomenta a crítica e a reflexão dos estudantes sobre problemáticas sociais contemporâneas, visando que a formação profissional os aproxime das questões da humanidade, do bem comum, para que assim se efetive a plena formação do educando.

4.2 HISTÓRICO DO CAMPUS CAMPO GRANDE

O *Campus* Campo Grande – IFMS foi criado pela Lei nº 11.534 em 25 de outubro de 2007, juntamente ao *Campus* Nova Andradina - IFMS, a partir da reformulação da educação profissional no país, quando as duas escolas técnicas criadas anteriormente no Estado foram transformadas em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

O *Campus* Campo Grande – IFMS iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, com a oferta de cursos técnicos subsequentes na modalidade Educação à Distância (EaD) oferecidos em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). As aulas semanais eram transmitidas via satélite para os alunos reunidos em uma sala cedida pelo Colégio Militar de Campo Grande. Inicialmente, foram abertas turmas de Administração, Secretariado e Serviços Públicos. Nos semestres seguintes, foram ofertados os cursos técnicos em Meio Ambiente, Logística e Segurança do Trabalho, alguns, em escolas polo localizadas na capital e em municípios vizinhos.

Em 21 de janeiro 2011, o *Campus* Campo Grande – IFMS começou a funcionar, provisoriamente, na Av. Júlio de Castilho, nº 4.960 – Bairro Panamá. Na modalidade de Educação Profissional de Nível Médio, foram ofertados Cursos Técnicos em Informática, Eletrotécnica, Mecânica e Manutenção e Suporte em Informática, o último como Programa Nacional de Integração da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

No mesmo ano, iniciou a oferta de vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, com ingresso a partir do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e os cursos técnicos subsequentes em Automação Industrial e Edificações, pelo Programa Escola Técnica



Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), oferecidos em escolas polo de Campo Grande, na Escola Estadual Maria Eliza Bocaiuva Correia da Costa, na Vila Margarida e Escola Estadual Waldemar de Barros Silva, no Bairro Moreninhas.

No ano de 2012, tem início a oferta dos cursos Técnico em Administração e Meio Ambiente pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), sendo desenvolvidos na forma concomitante, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação. E, em 2013, o *Campus* Campo Grande – IFMS passou a oferecer Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tanto para seus servidores, quanto para os professores da Rede Estadual de Educação, e posteriormente, aos cidadãos de forma geral.

A sede definitiva, situada na Rua Taquari, 831, Bairro Santo Antônio, passou a abrigar a partir de meados de 2014, parte dos servidores lotados na Dirad e Direr. Esses ocupam o Bloco E, destinado às atividades administrativas, enquanto aguardam a entrega dos blocos A, B, C e D, em processo de construção, que serão destinados às salas de aula, biblioteca, laboratórios e cantina.

Em 2015, em função das dificuldades estruturais atuais para criação de laboratórios de mecânica e eletrotécnica, resultantes da indefinição de datas para mudança para o prédio definitivo, optou-se por ofertar, por meio de processo seletivo, apenas os cursos presenciais de Técnico de Nível Médio Integrado em Informática, de Nível Superior - Sistemas para Internet e ampliação dos cursos técnicos de Administração e Serviços Públicos na modalidade de Educação à distância.

Sendo assim, atualmente, atende alunos nos cursos Técnicos Integrado de Nível Médio (Informática, Mecânica e Eletrotécnica), no curso Técnico Subsequente em Informática, no Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, na Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os cursos de Agente Comunitário de Saúde, Automação Industrial, Manutenção e Suporte de Informática, e Técnico em Transações Imobiliárias na modalidade de educação à distância.

Nesse processo de implantação, o IFMS contou com a tutoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). No segundo semestre de 2013, foram entregues as



sedes definitivas dos *Campi* Aquidauana e Ponta Porã. Com projeto arquitetônico padrão para os *campi* da segunda fase de expansão, as novas unidades, com 6.686 m² de área construída, abrigam salas de aula, laboratórios, biblioteca, setor administrativo e quadra poliesportiva. Em 2014, os *Campi* Coxim e Três Lagoas também passaram a funcionar em novos prédios. Campo Grande e Corumbá serão os próximos *campi* a serem inaugurados. A terceira fase de expansão da Rede Federal executou a implantação de mais três *campi* do IFMS nos municípios de Dourados, Jardim e Naviraí.

4.3 INSERÇÃO REGIONAL

O município de Campo Grande foi fundado em 21 de junho de 1872 por José Antônio Pereira e criado efetivamente em 26 de agosto de 1899, por meio da Resolução Estadual 255. Possui uma área de 8.092,951 km² e é composto, também, pelos distritos de Anhanduí e Rochedinho (SEMAC/MS 2014). De acordo com o Censo de 2010 o município conta com uma população de 786.797 habitantes, sendo 98,66% residente na área urbana. Segundo o IBGE (2015) estima-se atualmente acerca de 853.622 habitantes. Calcula-se a densidade demográfica de 97,22 hab/km² e a taxa média geométrica de crescimento da população entre os anos de 2000 a 2010 de 1,72% e área urbana de 35.903,53ha. Geograficamente, o IDE-CG (2015) divide a cidade em sete macrorregiões urbanas, sendo elas:

- Segredo: composta pelos bairros Monte Castelo, Seminário, Coronel Antonino, Mata do Segredo, Nova Lima, Nasser e José Abrão;
- Imbirussu: composta pelos bairros Núcleo Industrial, Nova Campo Grande, Popular, Panamá, Santo Amaro, Santo Antônio e Sobrinho;
- Centro: composta pelos bairros São Francisco, Cruzeiro, Cabreúva, Planalto, Jardim dos Estados, Centro Amambaí, Carvalho, Itanhangá, São Bento, Monte Líbano, Bela Vista e Glória;



- Prosa: composta pelos bairros Novos Estados, Estrela Dalva, Chácara dos Poderes, Noroeste, Veraneio, Carandá, Mata do Jacinto, Margarida, Autonomista, Santa Fé e Chácara Cachoeira;
- Lagoa: composta pelos bairros Taveirópolis, União, Caiçara, Bandeirantes, Leblon, São Conrado, Tijuca, Caiobá, Batistão, Coopavila II e Tarumã;
- Anhanduizinho: composta pelos bairros Taquarussu, Jacy, Jockey Club, América, Piratininga, Guanandi, Aero Rancho, Parati, Pioneiros, Centenário, Alves Pereira, Lageado, Los Angeles e Centro Oeste.

A divisão destas regiões no mapa do município de Campo Grande pode ser encontrada na Figura 01, onde as áreas são marcadas em diferentes cores para facilitar a localização das mesmas.



Figura 1: Mapa das regiões de Campo Grande. Fonte: Planurb, 2015.

A avaliação do perfil do setor produtivo do município de Campo Grande/MS tem como proposta apresentar as características da economia da cidade em questão, reconhecendo suas potencialidades, tendências e negócios característicos nos últimos anos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (2016), Campo Grande assume papel fundamental para a economia do estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que, isoladamente,



detém aproximadamente 40% dos empreendimentos ativos na região, assumindo o posto de cidade com o maior número de empresas ativas. Apenas para efeito de comparação, o município de Dourados, considerado a segunda maior cidade em número de empresas ativas, detém aproximadamente apenas 8% das mesmas. Três Lagoas detém 4%, Corumbá 3% e Ponta Porã 2%. Os dados IBGE revelam crescimento de 13,74% no número de empresas ativas na cidade entre os anos de 2014 e 2016, crescimento ligeiramente superior ao apresentado pelo país no mesmo período (13,11%). Vale destacar que apesar da redução de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano de 2015, de acordo com projeções do Banco Bradesco realizadas em janeiro deste ano, ainda foi possível observar o aumento no número de empreendimentos ativos no município em comparação ao ano de 2014. Observa-se a predominância de micro e pequenas empresas (MPEs) nos diversos setores da economia local, totalizando, em fevereiro de 2016, 82,36% de MPEs do quantitativo de empresas. Do total, 45% são desenvolvidos pela categoria de Microempreendedor Individual (SIMEI), 35% pertencem ao regime normal de tributação (lucro real ou lucro presumido) e 20% são enquadrados no Simples Nacional.

Entre 2007 e 2015, a capital indica uma taxa média de crescimento de 16,38% ao ano, com destaque para o ano de 2010, no qual foi observada a maior taxa (34,25%), e para o período entre os anos de 2011 e 2015 observa-se a diminuição no ritmo de crescimento no quantitativo de empreendimentos ativos. Quanto ao encerramento de empresas, nota-se uma redução entre os anos de 2012 a 2014. Em 2015, Campo Grande apresenta um aumento de 613,62% no número de micro e pequenas empresas encerradas.

4.3.1. Vocação Empresarial da Região de Campo Grande

Campo Grande, por ser uma cidade com grande extensão territorial, apresenta aspectos econ micos nos setores primário, secundário e terciário. Dentre as diversas atividades econ micas do setor primário, destacam-se as seguintes cadeias produtivas fomentadas: carne, leite, piscicultura, ovinocultura, apicultura, silvicultura e horticultura. No setor secundário, destacam-se os quatro Polos empresariais de Campo Grande, sendo um em fase de implanta o, distribuídos pelas regiões da cidade. Existe o núcleo Industrial Indubrasil, com 200 hectares



existentes, dos quais “122 são de área útil, que estão loteados em pequenas, médias e grandes áreas, com o objetivo de atender às empresas de todos os portes”, que atuam nas áreas de fabricação de alimentos, ração animal, estrutura metálica, curtimento, artefato de metal, mineração e outras.

Com a finalidade de interligar os meios de transportes rodoviário, ferroviário e aeroviário, Campo Grande contará com o Terminal Intermodal de Cargas. Sua implantação está sendo feita em uma área de 65 hectares, localizada às margens do anel rodoviário, no trecho entre as Rodovias BR-163 e BR-060, em área integrada com a estação ferroviária em operação pela América Latina Logística. Este terminal Intermodal viabilizará a escoação da produção de todo o Mato Grosso do Sul, facilitando também as operações de importações de produtos diversos. Economicamente, ainda reduzirá os custos operacionais com a logística das empresas produtoras de Campo Grande e do estado todo (PLANURB, 2015).

A vocação empresarial da cidade de Campo Grande é caracterizada por 44,59% na atividade de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, seguida pela construção civil (8,71%), outras atividades de serviço (8,29%), alojamento e alimentação (8,06%) e indústrias de transformação (7,34%) (PLANURB, 2015). Em 2005 Campo Grande contava com 7.542 estabelecimentos comerciais, tendo um aumento de 40,76% em 2014. Empresas prestadoras de serviços em 2014 houve um aumento de 285,87% em relação ao ano de 2005 que contavam com apenas 1083 estabelecimentos abertos (SEFAZ, 2014; SEMADE-MS 2014).

Em 2014, Campo Grande foi a cidade com maior arrecadação de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) do estado no setor terciário (setor responsável pelo comércio e serviços), com 40,73%, sendo este setor responsável por 85,70% de toda a arrecadação. Em seguida ao setor secundário (7,83%) e o por último o primário (6,02%) e 0,5% com eventuais arrecadações (PLANURB, 2015).

Os dados do MTE/CAGED (2015) revelam que o setor de comércio e serviços são intensivos na contratação de novos funcionários, uma vez que ambos os setores foram responsáveis por 74,35% das novas contratações no ano de 2015. Nota-se ainda que, entre os anos de 2007 e 2015, destacam-se os três primeiros setores que mais contratam funcionários.



Serviços, comércio e construção civil representam juntos, em média, o equivalente a 85,91% de todas as contratações realizadas.

Além das contratações realizadas em um determinado período de tempo a disponibilização de vagas de empregos de uma região, agrupada em função dos setores da economia, também auxilia na compreensão das bases que impulsionam o desenvolvimento de uma região. Entre os anos de 2012 e 2014, verificou-se que o setor de serviços é o que possui o maior número de trabalhadores registrados (38,75%), seguido pela administração pública (23,56), comércio (20,07%) e construção civil (7,68%), totalizando 90,06% MTE/CAGED (2015).

Outra importante vocação econômica do estado é a inovação e tecnológica. Isto fica evidenciado por meio do Decreto Legislativo nº 489, de 2010, adota medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica nas atividades produtivas, com vista à obtenção de autonomia tecnológica, capacitação e competitividade no processo de desenvolvimento do estado. O poder legislativo pode conceder incentivos à inovação tecnológica no estado, por meio de apoio financeiro a EBT's e a ICT-privadas, e assegura a inclusão de recursos na proposta de lei orçamentária anual para esta finalidade.

O governo do estado, por meio da Fundect (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), incentiva o estabelecimento de parcerias com empresas, órgãos do governo, instituto e fundações, com o objetivo de atrair investimentos sistemáticos na geração de novos conhecimentos e na criação de incubadores. Ainda o governo estadual concede benefícios ou incentivos fiscais às indústrias instaladas no estado através da Lei Complementar nº 93/01 chamado de "Programa MS Empreendedor". Em que aquelas que se instalarem ou ampliarem suas instalações, terão redução de até 67% do ICMS devido, pelo prazo de até 15 anos, prorrogável por igual período, conforme perfil do empreendimento.

O município de Campo Grande através da Lei nº 4404 de 2006 cria o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação - CMCTI, vinculado a Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia - SATUR. Dentre as diversas competências do CMCTI é prestar apoio a programas e projetos, estimulando a



geração de novos empreendimentos de base científica, tecnológica e inovação, bem como sugerir alocação de recursos para o desenvolvimento desta área no seu orçamento anual.

4.4 IDENTIDADE – FUNÇÃO SOCIAL - MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFMS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul por meio de consulta pública, definiu sua missão, visão e valores que são também observados no âmbito do *Campus* Campo Grande – IFMS.

4.4.1 Missão

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissionais humanistas e inovadores, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional. Nossa missão é promover o desenvolvimento socioambiental da população da capital de Mato Grosso do Sul de forma sustentável através da educação, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, formando profissionais capacitados para solucionar os problemas regionais.

4.4.2 Visão

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.

4.4.3 Valores

- Inovação;
- Ética;
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional;
- Transparência;
- Compromisso Social.



4.5 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS - METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO CAMPUS

Em consonância com os pressupostos contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (2014-2018) destaca-se que o *Campus* Campo Grande – IFMS alicerça seus processos pedagógicos sobre a ideia de trabalho como um princípio educativo, alinhando as concepções de homem, sociedade e educação.

O *Campus* Campo Grande – IFMS, por meio das atividades pedagógicas desenvolvidas, tem a intenção de contribuir para a formação integral dos adolescentes em final da educação básica e dos jovens e adultos, sejam estes na formação de nível médio ou superior, de forma a superar a concepção de trabalho reduzida à ideia de emprego, coisificado como mercadoria, a qual exclui a sua compreensão ontológica, na qual reside o direito do ser humano de mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, apropriar-se, transformar-se, criar-se e recriar-se pelo trabalho.

A educação escolar básica tem o papel central na construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico. Finalidade esta que deve ser também perseguida pelas instituições de Educação Profissional Técnica e Tecnológica. Para isso, é preciso ter como ponto de partida a realidade social e as vivências dos educandos e educadores, além de priorizar os processos de ensino e aprendizagem que propiciem a integração do conhecimento, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cuja apropriação dá-se sobre uma relação dialógica entre os sujeitos.

Assim, o trabalho didático parte de problematizações do real vivido, se alicerça na pesquisa e fundamenta-se na interdisciplinaridade. Os sujeitos do processo educativo devem atuar nesta perspectiva, não só como usuários de tecnologias, mas, sobretudo, como produtores, protagonistas e críticos destas. Desse modo, a formação do futuro profissional o concebe como um sujeito social, histórico e produtor de cultura.

Além disso, objetiva-se também o fomento ao trabalho coletivo entre os educandos facilitando assim a construção de aprendizagens colaborativas, sobre as quais são tecidas relações de solidariedade e compromisso com a produção de novas realidades sociais, as quais



requerem novos entendimentos da relação entre educação e trabalho e deste em si, como constituidor do ser humano e das formas de existência humana.

4.5.1 Organização Didático-Pedagógica da Instituição

Os cursos ofertados no *Campus* Campo Grande – IFMS seguem a estrutura proposta no Regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos técnicos integrados e no Regulamento da organização didático pedagógica dos cursos de graduação. A matriz curricular, o perfil do egresso, os objetivos de cada curso, bem como a estrutura para funcionamento estão descritos nos Projetos Pedagógicos de Curso. Em 19 de setembro de 2012, iniciaram-se os trabalhos do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com a finalidade de discutir e repensar o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, fazendo as devidas revisões em seu projeto de curso. Este núcleo monitora as ações ligadas ao curso, avalia os processos e define as adequações necessárias para melhor atender aos objetivos propostos para o egresso e, conseqüentemente, a demanda regional. O Projeto Pedagógico de Curso é submetido ainda à aprovação do colegiado de curso e, por fim, ao Conselho Superior da instituição.

Outros regulamentos, tais como: o Regulamento da Organização didático-pedagógica e o Regulamento disciplinar discente, tiveram o seu processo de revisão iniciado em 2013, com consulta à comunidade acadêmica, e aguardam a finalização, dependendo da aprovação nos conselhos que compõem a gestão institucional.

Em 2015, inicia-se a formação das comissões do *Campus* Campo Grande – IFMS para discussão dos projetos dos cursos técnicos integrados de nível médio em eletrotécnica, informática e mecânica, deflagrando assim o trabalho de revisão da organização didático-pedagógica e dos PPC dos cursos técnicos.

4.5.2 Flexibilidades dos Componentes Curriculares

A partir do segundo período, condicionado à existência de vagas, o estudante sem dependências poderá adiantar unidades curriculares do período subsequente ao que estiver



matriculado, previstas em sua matriz curricular. Na modalidade Proeja, o adiantamento será a partir do primeiro período para estudante com ou sem dependência, e condicionado à existência de vagas.

4.5.3 Oportunidades Diferenciadas de Integralização

O estudante que demonstrar o domínio dos conhecimentos de determinada unidade curricular, estritamente profissionalizante ou da parte diversificada do currículo, e que tiver intenção de requerer equivalência de determinada unidade curricular, poderá solicitar à Diretoria de Ensino e Pós-Graduação o exame de suficiência, com o endosso do professor da unidade curricular.

4.5.4 Atividades Práticas e Estágios

As atividades de estágio, os eventos de pesquisa e extensão e as atividades complementares também estão regulamentados por documentos próprios e ocorrem sob a supervisão da Diretoria de Ensino (Diren) e da Diretoria de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais (Direr). A comunidade acadêmica pode observar ainda o regramento de conduta, direitos e deveres dos estudantes previstos no Regulamento Disciplinar Discente.

4.5.5 Incorporações de Avanços Tecnológicos

O IFMS possui como missão promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico é a grande missão do IFMS. Desta forma, a instituição busca ser reconhecida por ofertar ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no estado de Mato Grosso do Sul.

No propósito de cumprir essa missão o *Campus* Campo Grande conta atualmente com cursos de:



-
- Qualificação profissional (formação inicial e continuada);
 - Cursos técnicos integrados de nível médio;
 - Curso técnico subsequente presencial;
 - Educação a distância;
 - Rede e-tec (IFMS);
 - E-TEC idiomas sem fronteiras – ofertando inglês e espanhol;
 - Graduação em tecnologia em sistemas para internet;
 - Pós-graduação - ofertando especialização em docência para a educação profissional, científica e tecnológica.

No âmbito dos cursos técnicos e superior as grades curriculares contemplam a disciplina de empreendedorismo, tendo como objetivo desenvolver a capacidade empreendedora, dando ênfase ao perfil do empreendedor, apresentando técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades, na aquisição e gerenciamento de recursos necessários ao negócio, estimulando a criatividade e a aprendizagem pró-ativa.

No âmbito da extensão, o *campus* está com 10 projetos aprovados, sendo dois (2) com fomento provenientes da pró-reitoria de extensão – PROEX, que contam com três (3) alunos bolsistas. Atualmente o *campus* possui convênio com mais de 50 empresas e profissionais de áreas relacionadas aos cursos ofertados. As áreas que possuem projetos de extensão são: informática, música, física e dança. É importante enfatizar que estamos com mais de 100 estudantes com processo de estágio em andamento. O *campus* realiza anualmente a Semana de Meio Ambiente e a Semana de Arte e Cultura, a Feira de Ciência e Tecnologia de Campo Grande (Fecintec), na primeira edição, em 2011, contou com 55 trabalhos inscritos. E já na segunda edição em 2015 foram inscritos 138 trabalhos, que teve 108 projetos aprovados, sendo 25 estudantes do IFMS.

No âmbito da pesquisa, em 2014, tivemos 17 projetos de iniciação científica, com 32 planos de trabalho – selecionados por meio de edital de pesquisa da pró-reitoria de pesquisa e inovação-PROPI. Já em 2015 foram 13 projetos de pesquisa iniciação científica, com 28 planos de trabalho selecionados.



Outros eventos comuns realizados na instituição são as edições anuais da Semana do Meio Ambiente e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Que envolvem tanto estudantes do IFMS, e também toda a rede local de estudantes do ensino fundamental e médio. Na área de empreendedorismo conta com uma parceria para a realização do programa da *Junior Achievement* com estudantes no ensino médio para as práticas de gestão de uma mini empresa. Desde a criação do produto até a sua comercialização.

A criação de uma incubadora é uma meta que visa estimular a cultura empreendedora dentro da instituição e desenvolver potenciais ideias que possam a vir se tornar negócios atrativos. Sendo assim, há a necessidade de capacitar esses empreendedores nas diversas áreas da gestão empresarial, através de capacitações, assessorias, consultorias, treinamentos e etc., visando à transformação dessa ideia em uma empresa capaz de gerar inovação e assim, garantir sua competitividade no mercado.

4.5.6 Políticas de Ensino (EJA)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, ao definir seu campo de atuação, na formação inicial e continuada do trabalhador, fez opção por tecer o seu trabalho educativo na perspectiva de romper com a prática tradicional e conservadora que a cultura da educação impõe na formação tecnológica. Neste sentido, reflete a educação de jovens como um campo de práticas e reflexões que ultrapassam os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, nos quais podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, ao desenvolvimento comunitário, à formação política e a inúmeras questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar.

Assim, formulando objetivos coerentes com a missão, pensando e examinando o social global, planeja uma atuação incisiva na perspectiva da transformação da realidade local e regional, em favor da construção de uma sociedade menos desigual. Isso só será possível por meio da construção de uma aprendizagem significativa, contextualizada e não fragmentada, proporcionando ao estudante uma formação técnica e humanística para sua inserção nos vários segmentos da sociedade.



A opção por desenvolver um trabalho pedagógico em sintonia com a sociedade coaduna com iniciativas que concorrem para o desenvolvimento sociocultural, sem desprezar a sua principal função de instituição de formação profissional. O *Campus* Campo Grande – IFMS elege como uma de suas principais missões educacionais ocupar-se de forma substantiva de um trabalho construtivo, voltado para o desenvolvimento regional, entendendo esse desenvolvimento como a melhoria do padrão de vida da população de uma extensa região de pequenos agricultores nas áreas de suas abrangências, em especial a população excluída dos processos educacionais formais, e que buscam a Instituição com o objetivo de resgatar a sua cidadania, a partir de uma formação que amplie os seus horizontes e perspectivas de inserção no mundo do trabalho.

Neste universo, não ficam à margem os trabalhadores que retornam à Instituição com vistas à requalificação profissional, imposta pelas profundas e complexas mudanças dos modos de produção contemporâneos. Sendo assim, o *Campus* Campo Grande – IFMS implantou em fevereiro de 2011 o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade PROEJA. A proposta de implantação do curso veio ao encontro dos objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS e das diretrizes para a educação de Jovens e adultos, buscando a expansão do ensino na área tecnológica em menor espaço de tempo e com qualidade, em consonância com o contexto da realidade socioeconômica do estado, e fundamentada nas necessidades da comunidade para a melhoria da condição de subsistência.

Foram ofertadas quarenta vagas, que inicialmente destinavam-se aos jovens e adultos trabalhadores que interromperam sua escolarização na conclusão do Ensino Fundamental. No entanto, observou-se que o curso despertou interesse naqueles que já concluíram o Ensino Médio, seja na escolarização regular, seja em outros programas de educação de jovens e adultos, mas desejavam a formação técnica. Assim, 97% das vagas foram preenchidas por estudantes que já concluíram o Ensino Médio.

Durante a execução do curso, a instituição enfrentou um grande índice de evasão e desistência. Estas foram motivadas por diversos fatores: os que já possuíam a certificação de nível médio e desejavam cursar apenas as disciplinas técnicas optaram por fazer outro curso



subsequente; o longo tempo fora da escola; a defasagem de conhecimentos em algumas áreas; a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, bem como o baixo desempenho nas avaliações.

Além disso, identificou-se a ineficiência tanto das formas de publicidade das vagas ofertadas pela instituição quanto da compreensão dos mecanismos de ingresso/acesso pelo público alvo do Proeja, que são compostos, em regra, por sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira.

Com este quadro, o campus Campo Grande optou por promover parcerias, por meio de convênios com instituições públicas e privadas, tais como: com o Comando Militar do Oeste, o Sebrae- Serviço de apoio a Micro e Pequenas empresas, entre outros, para promoção de cursos de formação continuada de trabalhadores com finalidade de integração entre trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania. Bem como objetivando o fortalecimento de ações que visem não apenas a elevação da escolaridade dos Jovens e Adultos mas também a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e ao mundo. (BRASIL, 2006)

4.5.7 Políticas de Extensão

A Direção de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais é responsável por promover as atividades relacionadas à pesquisa e extensão no âmbito do *Campus Campo Grande - IFMS*, por meio do incentivo a participação dos docentes e estudantes em editais externos e internos ao IFMS, pelo apoio a organização de eventos que promovam este fim, bem como pelo estímulo ao desenvolvimento de projetos de extensão vinculados ao desenvolvimento regional. Além disso, essa direção tem como objetivo se relacionar com instituições externas para estabelecimento de termos de convênios e de cooperação técnica, bem como por zelar pela imagem dessa instituição perante a sociedade civil.



Para implementar ações voltadas à pesquisa e extensão foi instituída a Coordenação de Extensão e Relações Institucionais – Coeri. A Coeri é responsável por desenvolver ações direcionadas para o incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão vinculados ao desenvolvimento regional, envolvendo docentes, estudantes e técnicos-administrativos; a institucionalização de programas de extensão comunitária como forma de retorno das atividades acadêmicas à sociedade e também a ampliação da participação dos familiares dos estudantes e comunidade em geral nas atividades.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se minicursos, palestras, eventos culturais (dança, ginástica rítmica e coral), programas e projetos de extensão que envolvam a comunidade interna e externa do *campus*, visitas técnicas, Semana do Meio Ambiente, projetos sociais e outros. Vale destacar que a Coeri também é responsável pela gerência dos estágios obrigatórios e não obrigatórios. Com isso, fica também responsável pelos convênios e termos de cooperação técnicas com instituições externas ao *campus*, sejam de natureza pública e privada.

Também abarcam as ações das Políticas de Extensão a inserção e a permanência de pessoas com necessidades especiais, promovendo as condições de acessibilidade necessárias a fim de possibilitar às pessoas com deficiência participarem plenamente das ações e eventos de extensão realizados em nossa instituição. Dessa forma, atuaremos de forma a organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades específicas e educacionais de todos os estudantes.

Por fim, pode-se observar que as ações da Coordenação de Extensão e Relações Institucionais - Coeri, no supracitado período, estão acompanhando a evolução histórica do *Campus* Campo Grande – IFMS, uma vez que há um esforço para ampliação da oferta de possibilidades de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão que visam a acompanhar a oferta de vagas para os cursos técnicos e superiores presenciais e à distância, bem como, ao desenvolvimento gradativo dos recursos humanos e materiais da instituição.



4.5.8 Políticas de Pesquisas e Inovação

Seguindo os pressupostos contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMS, as Políticas de Pesquisa e Inovação do *Campus* Campo Grande – IFMS, implantadas pela Diretoria de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais - Direr, são coordenadas pela Coordenação de Pesquisa e Inovação - (Copei) que é responsável por ampliar a participação dos estudantes em projetos, por meio do fomento à pesquisa, do controle e monitoramento da submissão de relatórios parciais e finais do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS - PITEC, da promoção e criação de um protocolo de orientação sobre propriedade intelectual e implantação de uma política de empreendedorismo no *Campus* Campo Grande – IFMS.

A Copei executa as Políticas de Pesquisa e Inovação, e as suas ações visam à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, além de contribuir como mecanismo para o acesso, permanência e êxito do estudante no IFMS.

São operacionalizados nessa coordenação o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC EM) que tem o intuito de fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do Ensino Médio. O Programa Institucional de Iniciação Científica – nas ações afirmativas (PIBIC AF) que objetiva ampliar a oportunidade de formação técnico-científica pela concessão de bolsas de Iniciação Científica para os alunos do ensino superior, cuja inserção no ambiente acadêmico se deu por uma ação afirmativa no vestibular. E o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI que é um programa institucional voltado para iniciação, capacitação e desenvolvimento tecnológico de estudantes de graduação. O programa concede bolsas de iniciação tecnológica às instituições que desenvolvem pesquisas em tecnologia e inovação.

As ações propostas por essa coordenação preveem, para o quadriênio de 2015 a 2018, a participação de estudantes em Feiras e Congressos Científicos; a divulgação das ações de integração entre docentes e estudantes no âmbito da pesquisa; o apoio e o estímulo à submissão



de projetos de pesquisa em editais de fomento; a realização de colóquios bimestrais sobre a submissão de trabalhos para editais e coordenação destes; a criação de sistema *online* de submissão de relatórios; a promoção de cursos de capacitação sobre propriedade intelectual e empreendedorismo aos servidores desse setor; de palestras e atividades envolvendo outras instituições como SEBRAE e *Junior Achievement*; bem como a implantação de um hotel tecnológico virtual no curto prazo e do hotel tecnológico, quando houver estrutura física para tanto.

4.5.9 Políticas de Gestão de Pessoas

A Coordenação de Gestão de Pessoas do *Campus* Campo Grande – IFMS (Cogep) é responsável pelo desenvolvimento das ações que atendem aos servidores quanto a Benefícios e Qualidade de Vida; Cadastro e Pagamento; Desenvolvimento de Pessoal; Legislação e Normas; e Recrutamento e Seleção. Suas ações estão vinculadas às políticas definidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep) que é o setor, na Reitoria, responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados à seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores.

A Diretoria de Gestão de Pessoas, em seu Regulamento nº 001, de 1º de junho de 2012, atualizado em 29 de janeiro de 2013, dispõe acerca da Política de uso do Ponto Eletrônico e da Jornada de Trabalho dos servidores do IFMS. Segundo essa Política, a jornada de trabalho dos servidores consiste em carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para os ocupantes de cargos de provimento efetivo, exceto nos casos previstos em lei específica. Nos casos de servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de direção, chefia e assessoramentos superiores, cargos de direção, função gratificada e gratificação de representação, adota-se o regime de dedicação integral. Essa jornada será distribuída de segunda a sexta-feira, podendo incluir os sábados. Ao servidor estudante, que esteja cursando sua primeira graduação, é concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. Desta forma, exige-se a compensação de horário no setor em que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho e, a cada



começo de semestre, o servidor deverá apresentar ao setor de gestão de pessoas do *campus* comprovante de matrícula expedida pelo estabelecimento de ensino em que se encontra matriculado. Nesses casos, a chefia imediata deverá determinar a afixação, nas suas dependências e em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro permanentemente atualizado com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes.

A política prevê, ainda, que o servidor ocupante de cargo efetivo, matriculado regularmente em curso de pós-graduação “*strictu sensu*”, poderá ter disponibilidade de até 10% da sua jornada semanal, sendo considerada como horário capacitação, sem a necessidade de compensação, desde que a pós-graduação seja na área de sua atuação e no estrito interesse da instituição. A cada começo de semestre, o servidor deverá apresentar, ao setor de gestão de pessoas do *campus*, comprovante de matrícula expedido pelo estabelecimento de ensino em que se encontra matriculado.

O controle de assiduidade e pontualidade será exercido mediante o sistema biométrico e o servidor deverá justificar as inconsistências quanto ao cumprimento de sua jornada de trabalho, assinar e encaminhar a sua chefia imediata. Além da Política de Uso do Ponto Eletrônico e Jornada de Trabalho, a Diretoria de Gestão de Pessoas possui os regulamentos: Regulamento n° 002, que dispõe sobre as regras e procedimentos relativos às férias dos servidores; Regulamento n° 003, que dispõe a respeito de Licença para tratamento de saúde e ressarcimento de assistência à saúde suplementar; Regulamento n° 004, que regulamenta o recebimento de Auxílio-transporte; e o Regulamento n° 005, que estabelece orientações sobre o processo de Avaliação de desempenho do estágio probatório.

Além desses, a Resolução n° 050/2014 do Conselho Superior, aprovou o Regulamento n° 001/2014-DIGEP, que dispõe sobre os requisitos e condições de pagamento de Gratificações por Encargo de Cursos ou Concursos do IFMS.

Quanto à Avaliação de Desempenho, a Resolução n° 034/2014 - COSUP aprovou, *ad referendum*, o Programa de Avaliação de Desempenho do IFMS. A avaliação de desempenho individual do IFMS é aplicada aos servidores a cada 12 meses, sendo, a partir de 2014, operacionalizada por meio de um sistema informatizado desenvolvido pela Diretoria de



Tecnologia da Informação. A realização da avaliação de desempenho está condicionada ao servidor que tenha, no mínimo, 8 meses de exercício na instituição (o que equivale a 2/3 de um ciclo de avaliação) e no máximo 40% da carga horária semanal como limite de faltas injustificadas por semestre, sendo essa a “condição essencial”. Como data base para referência dessa “condição essencial”, estabeleceu-se o dia 16/10 para a participação dos servidores nos processos, e o período de outubro do ano anterior ao processo vigente a setembro do ano corrente para validar a apresentação de documentos comprobatórios relativos ao “Fator de Formação” (item que avalia a participação de servidores no processo de capacitação contínuo).

No processo ocorre a autoavaliação do servidor/chefia, a avaliação do servidor/chefia pela chefia imediata/superior, a avaliação da chefia imediata/superior pelos seus subordinados, e aos docentes há ainda a adição da avaliação pelos discentes. O resultado final será obtido por meio de média aritmética das avaliações. É necessário implementar a avaliação da equipe de trabalho, a partir da definição de objetivos e plano de trabalho, e, gradativamente, nos próximos ciclos, a avaliação pelos pares e a avaliação por clientes internos e externos, derivante da avaliação institucional, reproduzindo, assim, o denominado modelo de avaliação 360°.

Existe, no IFMS, o Plano de Capacitação Institucional, que tem por objetivo melhorar o desempenho das equipes de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, oportunizando desenvolvimento profissional e pessoal por meio da aprendizagem de novas habilidades, aprimoramento e otimização do trabalho realizado. O Plano foi elaborado em consonância com o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, com o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, que trata do Plano Anual de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, e com a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, entre outras.

O Plano é composto por trilhas de aprendizagem, tendo por base as seis linhas de desenvolvimento do Decreto nº 5.825, sendo: I - iniciação ao serviço público; II - formação geral; III - educação formal; IV – gestão; V- inter-relação entre ambientes; e VI – específica. Conforme o Decreto nº 5.825, a capacitação contribui para o desenvolvimento do servidor, como



profissional e cidadão; visa capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social do IFMS.

O Plano de Capacitação Institucional tem o objetivo principal de nortear as capacitações a serem executadas visando o atendimento das necessidades institucionais, desta forma, não existe uma obrigatoriedade em realizar todos os cursos das trilhas, em um prazo determinado, uma vez que o critério principal é a demanda dos setores por formação específica. Utiliza-se prioritariamente a metodologia da Educação a Distância, de forma a equalizar a oferta de oportunidades e nível de qualidade dos cursos de capacitação dos servidores, por meio de conteúdos autoinstrucionais, principalmente nas linhas de desenvolvimento I e II.

Os cursos previstos que compõe as trilhas de aprendizagem do Plano de Capacitação Institucional são gratuitos e/ou custeados pelo IFMS e oferecidos por instituições renomadas (com exceção da Trilha de Ambientação operacionalizada pelo próprio IFMS), sendo alguns de matrícula imediata e outros com datas pré-fixadas de início de turmas, ainda a serem definidas por essas instituições. Dentre os cursos de capacitação de turmas previstas, os servidores são comunicados da abertura de inscrições para assim efetuar-las. Os cursos de capacitação à distância e presenciais devem ser pré-acordados com a chefia imediata com a finalidade de definir os dias e horários que serão dedicados aos estudos de forma que não comprometa o andamento das atividades. A quantidade de horas a ser disponibilizada deve ser baseada na indicação da ementa do curso.

Em nível de *campus*, será planejado e efetivado um plano de capacitação local, prevendo uma vez por mês uma reunião-capacitação em que serão tratados conteúdos relacionados a questões pedagógicas, psicológicas e sociais, abordando aspectos inerentes ao trabalho em uma instituição de educação. Desta forma, serão realizadas atividades no final da reunião que serão utilizadas como instrumentos avaliativos e, ao final do semestre, caso se cumpra 75% de presença e entrega das atividades, será emitido um certificado/declaração que poderá ser utilizado na avaliação de desempenho.



4.5.10 Políticas de Educação Inclusiva – Políticas de Assistência Estudantil

O IFMS conta com uma comissão que compõe o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne). A instituição do Napne no IFMS é uma ação do Programa TEC NEP, coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e visa à inserção das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE – (pessoas com deficiência, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

No *Campus* Campo Grande – IFMS essa Comissão é constituída por meio de um recrutamento voluntário de servidores que é realizado anualmente. O Napne tem por finalidade possibilitar e garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais específicas no IFMS. Para isso, realiza o trabalho de captação de agentes formadores, orientação aos docentes e atendimento às famílias para encaminhamentos sempre que necessário.

4.5.11 Políticas de Assistência Estudantil

As consequências da desigualdade social presente em nosso país são reproduzidas dentro das instituições de ensino e causam, dentre outros problemas, a evasão escolar. Estes problemas são gerados pelas mais diversas questões culturais, sociais, econômicas, territoriais, laborais, ambientais, dentre outras. Pessoas que vivem as expressões da desigualdade social apresentam dificuldades em ter acesso e permanecer na escola, seja por necessidade de trabalhar para garantir o sustento da família, problemas de saúde, desmotivação e falta de perspectiva de melhoria de vida através do estudo.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil vem como resposta a estas situações e foi instituído em 12 de dezembro de 2007, para execução a partir de 2008, por meio da Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Em 19 de julho de 2010 foi publicado o Decreto 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES tendo



como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES define que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Assistência Estudantil compreende ações que visam a viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, tornando necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida escolar com sucesso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: "Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;".

A Assistência Estudantil destina-se a todos os estudantes matriculados na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - Rede EPCT, prioritariamente, aqueles em situação de vulnerabilidade social, e integra uma das políticas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, que abrange uma série de ações visando atender às necessidades básicas dos estudantes por meio de auxílios: alojamento, alimentação, acompanhamento pedagógico, dentre outros.

Os programas são desenvolvidos em cada instituição de acordo com o perfil institucional e o público atendido. Desde o ano de 2011, verbas específicas para a Assistência Estudantil são repassadas aos Institutos Federais pelo MEC. Os valores são definidos proporcionalmente ao número de estudantes matriculados nas unidades.



Os Institutos Federais implementam suas Políticas de Assistência Estudantil, as quais oferecem diretrizes para a construção de programas que contribuirão para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, com êxito, por seus estudantes. Em geral, essa política é determinada com base no perfil dos estudantes e do público da Assistência Estudantil, priorizando os estudantes pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social.

A primeira ação da Assistência Estudantil, em 2011, primeiro ano de atividades letivas presenciais do *Campus* Campo Grande – IFMS teve como público-alvo os estudantes do Proeja. Os alunos desta modalidade de ensino acumulam uma defasagem da escolaridade em relação à idade. Têm trajetórias escolares descontínuas ocasionadas, entre outras razões, pela necessidade precoce de trabalhar para contribuir ou até ser responsável pelo sustento da família. Assim, as desigualdades socioeconômicas tão cedo sentidas por esses cidadãos contribuem para o insucesso escolar no Ensino Fundamental, levando-os a desistirem de prosseguir os estudos.

Depois de um tempo, estas pessoas retornam aos bancos escolares na ânsia de conquistar melhor espaço no mundo do trabalho, acreditando que este não lhe foi concedido pela baixa escolaridade que possuem. Este retorno é permeado pelas dificuldades de vida que o fizeram desistir dos estudos e por novos obstáculos característicos do ensino noturno: o cansaço do dia inteiro de labor, o tempo longe de qualquer forma de aprendizagem, diminuição do convívio familiar, dentre outros.

Neste sentido, para a garantia da permanência e a conclusão com êxito destes alunos, é necessária a implantação de ações que contribuam para amenizar os fatores de dificuldade que podem levar estes estudantes a desistirem de seus cursos.

Os alunos do curso Técnico em Suporte e Manutenção em Informática – Proeja do *Campus* Campo Grande – IFMS não fugiam à realidade aqui apresentada. Desta forma, foi o primeiro curso a receber o benefício do Auxílio Permanência (que tem como objetivo incentivar o discente em sua formação educacional, bem como apoiá-lo em sua permanência no IFMS, visando à redução dos índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica). O estudante que comprovasse renda *per capita* não superior a dois salários mínimos, recebia mensalmente o valor de R\$ 100,00 pelo período de um semestre. O estudante deveria renovar a solicitação do benefício semestralmente naquele ano.



No ano de 2012, o Auxílio Permanência foi ampliado, com vistas a atender os cursos presenciais das duas etapas de ensino ofertadas no *Campus* Campo Grande – IFMS: Curso Técnico Integrado, englobando os cursos regulares e Proeja, e curso de Graduação. Foram publicados três editais com as vagas oferecidas por etapa ou modalidade. Os estudantes deveriam comprovar renda per capita de até um salário mínimo, sem a necessidade de solicitação de renovação para os contemplados naquele ano. Os estudantes do Proeja e do curso superior recebiam mensalmente o valor de R\$ 100,00 e do Técnico integrado R\$ 150,00. Por motivos de transferências de alguns estudantes beneficiários, foi ofertado um edital no segundo semestre letivo para a concessão de vagas remanescentes.

A partir 2013, as vagas não foram mais distribuídas de maneira separada entre as modalidades de ensino. O total de vagas era apresentado no edital e os estudantes concorriam entre si. O benefício passou a ter um valor único de R\$150,00 para todos e o critério da renda *per capita* passou a ser de 1,5 salários mínimos. Em 2014, iniciou-se também a oferta do Auxílio Transporte, destinado a estudantes não residentes no município de Campo Grande, e que não tinham condições de acesso garantidas por iniciativas do poder público municipal, estadual e federal, ou seja, não tinham acesso a transporte gratuito.

A quantidade de auxílios é baseada nos dados do Questionário Socioeconômico aplicado anualmente aos estudantes. A distribuição, entre os *campi*, do orçamento da Assistência Estudantil do IFMS é feita por meio destas informações socioeconômicas. O *Campus* Campo Grande – IFMS atende em média 25% do total dos estudantes com o benefício, observa-se que este número é razoável, mas existe demanda reprimida (lista de espera) no momento. Geralmente os estudantes utilizam o benefício para alimentação, aquisição de materiais escolares, livros, transporte, fotocópia, impressão, uniforme, dentre outras necessidades acadêmicas.

Para a execução das ações das políticas de assistência estudantil o acompanhamento da frequência dos estudantes é essencial, uma vez que são indicadores utilizados para evitar a evasão escolar, pois, contribui para a identificação dos problemas sociais que possam causar faltas frequentes e contínuas. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB, o *Campus* Campo Grande – IFMS tem o dever monitorar a frequência de seus estudantes, e os casos de faltas reiteradas e sem justificativa devem ser notificadas aos órgãos de controle e



proteção. Assim como, os programas sociais solicitam a informação mensal da frequência de seus beneficiários.

Com este entendimento, fica evidente a importância do papel do docente neste processo, pois este é responsável pela informação da presença ou não do estudante em suas aulas. Estes dados devem estar disponíveis diariamente para que logo sejam identificados os casos de faltas repetidas e assim, as medidas cabíveis sejam tomadas. O convívio mais estreito com o discente é fundamental para que o docente observe comportamentos do estudante que possam levá-lo a tirar notas baixas e, conseqüentemente, à reprovação. Além das faltas, também pode prejudicar o discente, a não entrega de trabalhos em dia, faltas à avaliação, não realização de atividades propostas, resultando assim, na impossibilidade do professor avaliar o seu aprendizado. Uma maneira paliativa de lidar com tal situação, é o encaminhamento deste estudante, que poderá ser feito via e-mail, ao Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional do *Campus* Campo Grande (Nuged), que procederá no atendimento do discente, para conhecimento das causas de tal conduta e orientações para mudanças de comportamento.

Além disso, nos casos em que o docente observa que a frequência do estudante na permanência será importante para o desenvolvimento do aprendizado, este poderá solicitar ao Nuged que encaminhe aos pais uma convocação para o comparecimento na permanência em períodos pré-estabelecidos.

4.5.12 Políticas de Educação Ambiental

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº 9795/1999, Art. 1º).

Os processos de construção de conhecimento e valores ligados ao meio ambiente, tal como descritos na Política Nacional de Educação Ambiental, são frutos de ações intencionais, planejadas e executadas de forma sistemática. Cabe, pois, às instituições educacionais a implantação de projetos que visem a potencializar a gestão sustentável dos recursos, à adoção de



atitudes conscientes em relação ao descarte de resíduos, além da discussão de práticas e tecnologias sustentáveis.

Ao adotar estratégias e ações voltadas ao desenvolvimento de competências voltadas para a conservação do meio ambiente, o *Campus* Campo Grande – IFMS poderá contribuir para “imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - Resolução CNE/CEB n. 2/2012. Art. 2º).

Objetivando atender a estas diretrizes, o *Campus* Campo Grande – IFMS realiza anualmente a Semana do Meio Ambiente, promovendo discussões relativas ao tema, oficinas, palestras, visitas técnicas, com vistas a estimular a conscientização sobre as responsabilidades ambientais e promover ações para a preservação dos recursos naturais. O tema é também objeto de estudos, previsto em algumas ementas de disciplinas dos cursos ofertados.

Em 2014, foi apresentado pelo docente Luís Fernando Delboni Lomba, pertencente ao Eixo Tecnológico em Informação e Comunicação, a proposta de um projeto intitulado “Coleta Seletiva e Descarte de Lixo Eletrônico”, com o objetivo de oferecer suporte para a coleta/descarte de lixo eletrônico obsoletos, evitando o seu descarte na natureza, e conscientizar a comunidade do IFMS sobre os problemas gerados com o descarte incorreto de componentes eletrônicos.

O projeto iniciou algumas etapas de organização junto aos estudantes, como: a discussão e organização da lista de materiais que serão recolhidos, a destinação de parte deste material para o acervo de material didático no Laboratório de Manutenção e Suporte em Informática, a organização de uma gincana entre os estudantes visando à sensibilização da comunidade acadêmica.

Também está em discussão no *Campus* Campo Grande – IFMS, com uma minuta já apresentada aos servidores, o Projeto de Valorização e Conservação do Patrimônio Público. Este deve ser desde o início norteado pelos princípios da Educação Ambiental, tais como preservação, cooperação, solidariedade e compromisso com as gerações futuras. O projeto deverá ser implantado na prática a partir do início de 2015.



4.5.13 Políticas de Educação no Campo

A Educação do Campo representa o compromisso com uma política que possibilite o acesso ao conhecimento dos povos que vivem no campo junto a uma educação que conduza a emancipação deste segmento da população ofertando uma educação que valorize o espaço rural, fazendo uso das ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, nos últimos anos a educação no campo tem conquistado relevante espaço nos projetos a nível municipal, estadual e principalmente federal, auxiliando ainda mais no processo de valorização do espaço rural como local de conhecimento, cultura, vivência e construção de novas possibilidades e não somente como um lugar para trabalho.

A Política de Educação no Campo juntamente com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA criados a partir do Decreto de nº 7.532, de 4 de novembro de 2010, reforça a necessidade da valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

O grande passo e de importância significativa para a educação no campo e sua inclusão na agenda política educacional talvez tenha sido a inserção na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 em seu artigo 28, que trata da forma de estruturação e adequação do sistema de ensino as peculiaridades da vida no espaço rural. A Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. Importante registrar que as Diretrizes possibilitaram a elaboração de propostas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, a gestão democrática e o acesso aos avanços científicos e tecnológicos no ensino, bem como, suas respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida da população.

A Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, (Lei nº 11.892, de 29/12/2008), institui que uma das finalidades e características destas instituições é a de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos



produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Além disso, a estrutura multicampi dos institutos, aliada a sua missão, junto com a clara definição do seu território de abrangência, reforçam o compromisso da intervenção nas regiões, com a identificação dos problemas e criação de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

O *Campus* Campo Grande – IFMS pertence à mesorregião do centro norte do Estado de Mato Grosso do Sul, é o município mais populoso do Estado, tem apresentado crescimento populacional constante e uma população de mais de 840 mil habitantes de acordo com o IBGE. É o terceiro maior e mais desenvolvido centro urbano da região Centro Oeste, portanto, tem como público alvo a população da área urbana regional.

4.5.14 Políticas de Acesso – Ações Afirmativas

As políticas de ação afirmativa são políticas sociais compensatórias, isto é, intervenções do Estado, a partir de demanda da sociedade civil, para garantir o cumprimento de direitos sociais não assegurados ou parcialmente acessíveis à população.

As políticas de ação afirmativa são um importante mecanismo social ético-pedagógico de respeito à diversidade, seja ela: racial, étnica, cultural, de classe, etc. A percepção do direito à diferença destaca a necessidade imprescindível de atender à especificidade dos grupos ou sujeitos vulneráveis não atendidos pelas políticas denominadas universalistas que perpetuam a desigualdade de direitos e de oportunidades.

Disso emerge a proposta das políticas compensatórias que, ao conceber a concretude e historicidade dos grupos ou indivíduos, reconhece-os homens e mulheres que possuem cor, etnia, deficiências, orientação sexual, origem e religiões distintas, etc. A igualdade de direitos, deveres, oportunidades e acesso aos bens da cultura e da sociedade implicam a adoção de conceitos específicos que considerem os membros pertencentes a grupos em desvantagem e as situações particulares de minorias.



É por isto que os programas de ação afirmativa assumem a impossibilidade de tratamento igual de desiguais, pois isto aprofunda e amplia as diferenças entre grupos sociais e indivíduos. A procura de uma igualdade concreta não deve ser realizada apenas com a aplicação geral das mesmas regras para todos. Tal igualdade precisa materializar-se através de medidas específicas que considerem as situações particulares de minorias e de membros pertencentes a grupos em desvantagem.

As normativas legais que regem sobre o tema são o Decreto nº 7824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas instituições de ensino federais. Conforme estes, as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação reservarão, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino em escolas públicas.

Ainda dentro dessas vagas, no mínimo cinquenta por cento das vagas serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.5.15 Políticas de Educação a Distância

A Coordenação de Educação a distância – Coead é o setor responsável pelo acompanhamento do acesso, permanência e êxito dos estudantes nos cursos EaD no *Campus* Campo Grande – IFMS, pelo suporte à equipe da Cerel para emissão de documentos, pelo acompanhamento do trabalho dos tutores e pela adequação dos materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos cursos.

O *Campus* Campo Grande – IFMS iniciou as atividades, no segundo semestre de 2010, com a oferta de cursos técnicos subsequentes na modalidade Educação a Distância (EaD) oferecidos em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). As aulas semanais eram transmitidas via satélite no Colégio Militar. Inicialmente, foram abertas turmas de Administração, Secretariado e Serviços Públicos. Nos semestres seguintes, foram ofertados os



.....
cursos técnicos em Meio Ambiente, Logística e Segurança do Trabalho, alguns em escolas polos, localizadas em municípios vizinhos.

Em 2011, iniciaram os cursos EAD do IFMS, pela rede e-Tec Brasil, os cursos técnicos em Edificações, Automação Industrial e Manutenção e Suporte em Informática, com turmas no *Campus* Campo Grande – IFMS e em duas escolas estaduais (uma no bairro do Cruzeiro e outra nas Moreninhas).

Em 2015, os cursos em parceria com o IFPR já não foram mais ofertados e com isso houve uma ampliação nos cursos ofertados pela rede E-tec Brasil, foram incluídos os cursos técnicos em Administração e em Serviços Públicos. Conta-se agora com um acordo de cooperação entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS para oferta de cursos no CFAP (oferta prevista para 2016) e com a Seleta, de Terenos, além da continuação da parceria com a SED/MS. A meta do *Campus* Campo Grande – IFMS é ampliar as parcerias e assim aumentar o número de turmas e cursos.

As atividades envolvem o uso de ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) por meio da Plataforma *Moodle*, na qual são desenvolvidas as atividades a distância. Uma vez por semana, os estudantes se reúnem presencialmente no pólos presenciais para, por intermédio do tutor, elucidar conteúdos e desenvolver as atividades propostas pelos professores da unidades curriculares.

O curso Superior de Gestão Pública a ser ofertado pelo *campus* seguirá as diretrizes básicas previstas na Resolução nº 1 de 11/03/2016, considerando os critérios avaliativos definidos em nota técnica pelo INEP por meio da política Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

4.5.16 Políticas de Avaliação Institucional

O IFMS vem aprimorando os processos de avaliação de suas ações. Desde 2011, o *Campus* Campo Grande – IFMS realiza a Avaliação do Docente pelo Discente - ADD. Trata-se da aplicação de um instrumento de coleta de dados, junto aos estudantes, sobre aspectos



inerentes à prática dos docentes em sala de aula. Esta visa, em primeiro lugar, traçar um diagnóstico destas práticas e propor ações de melhoria.

Assim, os dados coletados na avaliação, a partir das respostas dos estudantes, são repassados aos docentes de forma individual, a fim de definir compromissos para o próximo período letivo, visando o crescimento nos aspectos que revelaram menor índice de satisfação ou fragilidades na atuação pedagógica; e, a partir de uma análise geral, a avaliação é repassada em reunião com os docentes a fim de definir ações coletivas, visando a melhorias gerais.

Em 2012, foi implantada a Avaliação de Desempenho, aplicada aos servidores administrativos e docentes, sendo esse, requisito para os processos de progressão funcional. Inicialmente, os servidores eram avaliados pela chefia e faziam sua autoavaliação. A nota final resultava de um consenso entre chefia e subordinado.

Em 2013, este processo foi aprimorado permitindo que as chefias também fossem avaliadas pelos seus servidores subordinados, passando a nota final a ser resultante de uma média das notas de cada formulário. Esta avaliação, antes feita em formulário impresso, hoje é realizada por meio de um sistema *online* para coleta das respostas, encaminhamento de pedidos de revisão e recurso, bem como de emissão de relatórios.

Outro processo de avaliação implantado na instituição é a Autoavaliação Institucional, executada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), esta comissão integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela aprovação da Lei 10.861 abril de 2004, e visa acompanhar e implantar a política de avaliação institucional.

De acordo com o Regulamento da CPA, Art. 3º, a avaliação institucional tem como objetivo entender e identificar a demanda local para que sejam propostas para a gestão melhorias da qualidade da educação, expansão da oferta, o aumento permanente da eficácia nos âmbitos acadêmicos e social em todos os seus níveis e modalidades, contribuindo com as atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação institucional é realizada com base nos 05 Eixos avaliativos dispostos nas políticas do SINAES. Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004,

Eixo 1 - Planejamento e avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os



principais elementos do seu processo avaliativo (Interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de avaliação (CPA), do período que constitui o objeto de avaliação.

Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional, contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição do SINAES.

Assim, a autoavaliação institucional pretende estar diretamente relacionada ao plano de ações da instituição no sentido de promover melhorias nas fragilidades observadas por meio da avaliação. Para isso, a CPA Local apresentará aos gestores do *campus* o relatório da avaliação, contendo as recomendações a serem implementadas, visando à melhoria constante de suas práticas e estrutura organizacional.

4.5.17 Políticas de Atendimento aos Estudantes

O *Campus* Campo Grande - IFMS ao elaborar seu projeto político pedagógico, leva em consideração o seu compromisso com a eliminação das desigualdades histórico-sociais da região. Portanto, as ações planejadas para atendimento aos estudantes têm como premissa o enfrentamento de barreiras, tanto para o acesso, quanto para a permanência e êxito dos estudantes nessa instituição.

As ações planejadas pelo *Campus* Campo Grande - IFMS estão em consonância com o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, o qual estabelece que as instituições de ensino “não podem prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias”.

Assim, visando à difusão desses princípios, o *Campus* Campo Grande – IFMS conta com uma equipe multidisciplinar constituída por Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos, Intérprete de Libras e Enfermeiro lotada no Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional (Nuged) que atuam de forma articulada aos demais setores da instituição na proposição, coordenação e execução de ações que consolidam o programa de acesso, permanência e êxito no



ensino médio de nível técnico integrado e no ensino superior e na promoção de condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas para um bom desempenho de professores e alunos em sala de aula de modo a se obter sucesso na aprendizagem.

O campus Campo Grande tem dentre suas responsabilidades o desenvolvimento de política públicas transversais, multidisciplinares visando garantir um espaço de convivência saudável, harmonioso e respeitoso, garantindo a igualdade de condições para o acesso e permanência do estudantes no Campus Campo Grande. A promoção de discussão e debates dos temas transversais são de grande importância para a escola e visam a integração de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, o Nuged atende às demandas institucionais de acordo com as atribuições específicas de cada cargo que compõe o núcleo, acompanhando os estudantes e servidores a identificar as dificuldades inerentes aos seus processos, assim como os aspectos biopsicossociais que interfiram no desenvolvimento institucional e pessoal.

As ações dos Pedagogos nos *Campus* estão relacionadas, juntamente à Direção de Ensino - Diren e Coordenações, à organização da Semana Pedagógica, do planejamento, coordenação e execução das reuniões formativas para a comunidade escolar, da promoção e divulgação de atividades pedagógicas exitosas, da construção do projeto político pedagógico institucional, da orientação da proposta curricular de acordo com as políticas e diretrizes curriculares nacionais, da participação dos conselhos escolares subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar, da participação nos conselhos pedagógicos, do incentivo aos estudantes e pais a participar nos momentos e órgãos colegiados da escola, da análise e repasse dos resultados da avaliação do docente pelo discente, estimulando a definição de ações de melhoria contínua dos processos. Cabe ao Pedagogo orientar à aplicação do Regulamento Disciplinar Discente, atender docentes, pais e/ou responsáveis e discentes e esclarecer sobre o processo educativo de eventuais ocorrências e acompanhar o planejamento das atividades de ensino.

As ações do Atendimento do Psicólogo estão relacionadas ao desenvolvimento de atividades e projetos que visam à prevenção, à identificação e à resolução de problemas psicossociais que possam prejudicar o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, bem



como o encaminhamento dos estudantes para atendimentos especializados, quando necessário, além disso, prevê o acompanhamento do regime domiciliar quanto a aspectos psicossociais.

O Assistente Social é responsável pela implementação de ações da Assistência Estudantil no âmbito do *campus*, que tem como objetivo incentivar o discente em sua formação educacional, visando à redução dos índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica e faz o atendimento à comunidade escolar visando conhecer dificuldades inerentes ao processo educativo, assim como, aspectos biopsicossociais que interfiram na aprendizagem, bem como orienta, encaminha e acompanha estudantes às alternativas cabíveis a resolução dos problemas observados.

O *Campus* Campo Grande – IFMS para desenvolver ações de atendimento aos discente conta com algumas políticas que são executadas pela Direção de Ensino pela Direção de Relações Institucionais, pelas Coordenações de cursos técnicos e superior e pelo Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional, a saber: a Política de Assistência Estudantil do IFMS que constitui-se em um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras para a implementação de ações que favoreçam a democratização do acesso dentre elas a permanência e êxito escolar, promovendo estímulo ao desenvolvimento de atividades de ensino e a pesquisa e extensão. São finalidades da Política de Assistência Estudantil: contribuir para a formação integral dos estudantes, buscando dirimir suas necessidades no que tange aos aspectos socioeconômicos e pedagógicos bem como minimizar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e conclusão do curso, reduzir os índices de reprovação, retenção e evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica e também possibilitar a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Programa de Auxílio Permanência que tem por objetivo incentivar o estudante em sua formação educacional, bem como apoiá-lo em sua permanência no *Campus* Campo Grande – IFMS, visando à redução dos índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica. São concedidos auxílios mensais para os estudantes do Curso Técnico de Nível Médio e do Curso Superior, de acordo com os critérios previstos em edital publicado no sítio da instituição no início de cada ano letivo. A manutenção do auxílio está vinculada à frequência mensal do estudante, que nunca deve ser inferior a 75% das aulas ministradas.



O Programa de Concessão do Uniforme que visa à contribuição para que o estudante possa cumprir as regras do regulamento disciplinar sem prejuízo por conta de sua situação socioeconômica, bem como incentivar o mesmo em sua formação educacional e apoiá-lo em sua permanência no IFMS. O estudante é beneficiado com duas camisas de uniforme, conforme os critérios previstos em edital próprio.

O Programa institucional de bolsa de iniciação e desenvolvimento tecnológico e inovação que prevê o financiamento de bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, para que estudantes possam se envolver em projetos de pesquisa que apresentem viabilidade em termos de infraestrutura e pessoal qualificado para seu desenvolvimento, conforme critérios previstos em edital. Além disso, outras ações institucionais contribuem para a inclusão social por meio da educação humanística e da formação para o mundo do trabalho. Tais como:

- Permanência: os docentes possuem, em sua carga horária, um número de horas destinadas às atividades de apoio ao ensino. Dentre elas, há aquelas reservadas ao atendimento ou permanência de estudantes, que visam sanar dificuldades observadas no processo de ensino e aprendizagem durante o período. Estes horários são divulgados aos estudantes, para que possam procurar os docentes para esclarecimento de dúvidas a respeito dos conteúdos desenvolvidos nas aulas ou atividades avaliativas. Este trabalho favorece a recuperação paralela dos conceitos vistos em sala;
- Regime Domiciliar: ação prevista no regulamento disciplinar discente do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, para atendimento de estudantes em regime domiciliar que estejam nas seguintes condições: gestantes, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados. No Regime Domiciliar é assegurado ao estudante o acompanhamento domiciliar com visitas periódicas de servidores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul para amparo educacional durante o período de afastamento, observada a compatibilidade da disciplina ao regime domiciliar;
- O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul mantém um cadastro atualizado das empresas parceiras e dos alunos que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho,



possibilitando o acompanhamento, ainda que de forma incipiente, dos seus egressos. Esse acompanhamento, divulgação e comunicação das ações do Instituto é feito via e-mail.

4.5.18 Políticas de Acompanhamento dos Egressos

No *Campus* Campo Grande – IFMS, o setor responsável pelo atendimento de orientação profissional aos egressos é a Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (Coeri). São responsabilidades dessa Coordenação: realizar, anualmente, o levantamento dos egressos dos cursos do IFMS, criar um cadastro de egressos a partir dos concluintes dos cursos do IFMS até dezembro de 2015, além da realização de reunião anual sobre egressos para acompanhamento de sua atuação.

De acordo com Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMS, o acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a formação continuada, para a retroalimentação do currículo escolar e também para que o IFMS possa avaliar o desempenho de seus estudantes e o seu próprio desempenho, por meio da avaliação contínua da prática pedagógica do curso.

Desse modo, acredita-se que o acompanhamento de egressos poderá revelar dois pontos fundamentais: a) qual o impacto da formação nas condições de trabalho e renda dos egressos; b) como o estudante avalia a sua formação e qual as suas expectativas de formação continuada. Assim, espera-se constituir em uma ferramenta e uma fonte de dados para a avaliação institucional do IFMS.

A intenção é que seja elaborado um portal de Egressos, com a ajuda da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - Dirti, com previsão de implantação e implementação em 2015, onde haverá uma ficha de cadastro para o egresso, com a divulgação de vagas de emprego, ampliação de empresas cadastradas, entre outras informações, para acompanhar e auxiliar os egressos.



5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS

5.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS E DE CADA UM DE SEUS CURSOS

O cronograma de implantação e desenvolvimento do campus foi alterado em relação ao inicialmente previsto no PDI em função da não efetivação das condições estruturais e logísticas esperadas para o período, e em relação aos Cursos na modalidade a distância (E-Tec / IFPR) não há previsão de ofertas de novas turmas. Dessa forma, são descritas abaixo as previsões atualizadas para o campus, em atendimento às condições concretas até o momento.

Tabela I - Programação de oferta de curso Técnicos Presenciais:

Nome do Curso/Ano	Eixo	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico em Eletrotécnica/Integrado Diurno	Processos Industriais	40	-	80	80	80
Técnico em Informática Integrado/ Diurno	Informação e Comunicação e	40	120	160	80	80
Técnico em Mecânica Integrado/ Diurno	Processos Industriais	40	-	80	160	80
Técnico Informática	Subsequente	-	40	160	160	160

Tabela II - Programação de oferta de curso Técnicos a Distância:

Nome do Curso/Turno	Forma	Local de oferta	2014	2015	2016	2017	2018
Técnico em Agente Comunitário de Saúde (E-Tec / IFPR)	Subsequente	campus	40	-	-	-	-



Técnico em Agente Comunitário (E-Tec / IFPR)	Subsequente	Terenos	40	-	-	-	-
Técnico em Automação industrial	Subsequente	Polo Cruzeiro	40	40	-	-	-
Técnico em Automação industrial	Subsequente	<i>Campus</i>	40	80	-	80	80
Técnico em Edificações	Subsequente	<i>Campus</i>	40	80	-	80	80
Técnico em Edificações	Subsequente	Polo Moreninha	40	40	-	-	-
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	<i>Campus</i>	40	40	-	80	80
Técnico em Administração (E-Tec / IFPR)	Subsequente	<i>Campus</i>	-	40	-	40	40
Técnico em Administração(E-Tec / IFPR)	Subsequente	Terenos	-	40	-	40	40
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente	<i>Campus</i>	-	40	-	40	40
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente	<i>Terenos</i>	-	40	-	40	40
Técnico em Transações Imobiliária(E-Tec / IFPR)	Subsequente	<i>Campus</i>	40	-	-	-	-
Técnico em Transações Imobiliária(E-Tec / IFPR)	Subsequente	<i>CRECI</i>	40	-	-	-	-
Técnico em Transações Imobiliária(E-Tec / IFPR)	Subsequente	<i>AGEPEN</i>	20	-	-	-	-
e-Tec Idiomas Inglês	FIC	<i>campus</i>	-	50	-	-	-
e-Tec Idiomas Espanhol	FIC	<i>campus</i>	-	50	-	-	-
Gestão Pública	EAD	<i>campus</i>	-	-	-	-	40



Tabela III - Programação de oferta de curso Formação Inicial Continuada (FIC) :

Nome do Curso/Ano	Eixo	2014	2015	2016	2017	2018
Desenhista Mecânico	Processos Industriais	-	-	40	40	40
Eletrecista Predial de Baixa Tensão	Processos Industriais	-	-	40	40	40
Língua Inglesa - Básico	Centro de Idiomas	-	-	40	40	40
Língua Espanhola - Básico	Centro de Idiomas	-	-	40	40	40
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Centro de Idiomas	-	-	-	40	40

Tabela IV - Programação de oferta de curso de Graduação e Pós Graduação:

Nome do Curso/Ano	Eixo	2014	2015	2016	2017	2018
Sistemas para Internet	Informação e Comunicação	80	80	80	80	80
Tecnologia em Automação Industrial	Processos Industriais	-	-	-	-	40
Licenciatura em Física	Licenciatura	-	-	-	-	40
Engenharia Mecânica	Processos Industriais	-	-	-	-	40
Especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Licenciatura	40	40	-	40	40



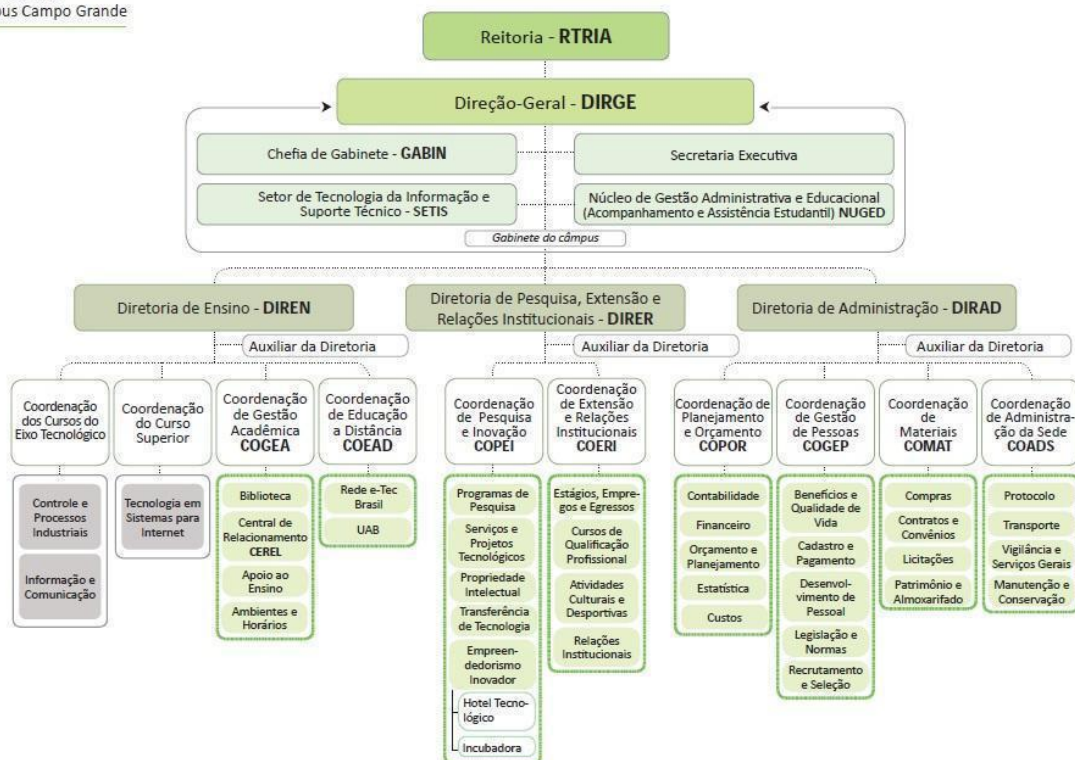
6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA DO CAMPUS

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), por compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tal como deliberado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, deve possuir natureza jurídica de autarquia, ser detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

6.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA (SÍNTESE)

Atualmente, a estrutura organizacional do *Campus* Campo Grande - IFMS encontra-se disponível no organograma abaixo:

Organograma
Câmpus Campo Grande





6.1.1 Perfil do Corpo Social (Docentes e Técnicos Administrativos)

Em 2015, o quadro de servidores do *Campus* Campo Grande – IFMS está composto por 48 Docentes e 50 Técnicos Administrativos, conforme perfil descrito abaixo:

Tabela I - Técnicos Administrativos

Titulação	Total	Em (%)
Ensino Fundamental (%)	-	-
Ensino Médio / Médio Profissionalizante (%)	13	26
Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio + Curso Técnico (%)	2	4
Ensino Superior (%)	18	36
Especialização (%)	13	26
Mestrado (%)	4	8
Doutorado (%)	0	
Total Geral	50	

Tabela II - Docentes em Exercício no Campus

Titulação	Total	Em (%)
Graduação	5	10,42
Especialização (%)	5	10,42
Mestrado (%)	35	73
Doutorado (%)	2	4,17



Pós-Doutorado (%)	1		2,08
Total Geral	48		

Tabela III - Docentes em Exercício na Reitoria

Total Geral	15
-------------	----

Tabela IV - Previsão de Expansão - Docente - 2017-2019

ÁREA - UNIDADE CURRICULAR	2016	2017	2018	2019
ADMINISTRAÇÃO	0	0	0	2
ARTE	0	0	0	1
BIOLOGIA	0	1	1	0
EDUCAÇÃO FÍSICA	0	1	1	0
ELETROTÉCNICA- ELÉTRICA	0	1	0	1
ELETROTÉCNICA-MÁQUINAS ELÉTRICAS	0	0	0	1
ELETROTÉCNICA-PROJETOS	0	0	0	1
FILOSOFIA	0	1	0	1
FÍSICA	1	0	0	1
GEOGRAFIA	1	1	0	1
HISTÓRIA	1	0	1	1
INF-DESENVOLVIMENTO	1	1	0	1
INF-REDES	1	2	0	1
LINGUAGENS - (LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA, LÍNGUA ESPANHOLA, LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS)	0	3	5	6
MATEMÁTICA	1	0	1	2



MECÂNICA-AUTOMAÇÃO/CONTROLE LÓGICO PROGRAMÁVEL	1	0	0	1
MECÂNICA-DESENHO MECÂNICO	0	0	0	1
ELETROTÉCNICA - MÁQUINAS/ METROLOGIA/	0	0	0	2
MECÂNICA -FABR	0	0	0	0
MECÂNICA- MATERIAIS	0	0	1	0
M-PRODUÇÃO/LOGÍSTICA/HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	0	0	0	0
QUÍMICA	1	0	0	1
SOCIOLOGIA	0	1	0	1

Tabela V - Previsão de Expansão - Técnicos Administrativos em Educação (TAE) - 2017-2019

CARGO -TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	2016	2017	2018	2019
ADMINISTRADOR	0	0	0	0
ANALISTA DE SISTEMAS	0	0	0	0
ASSISTENTE SOCIAL	0	0	0	0
BIBLIOTECÁRIO	0	0	0	0
CONTADOR	0	0	0	0
ENFERMEIRO	0	0	0	0
PEDAGOGO	0	0	0	0
PSICÓLOGO	0	0	0	0
SECRETÁRIO EXECUTIVO	0	0	0	0
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	2	0	0	0
TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA	1	0	0	0
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	1	0	0	0
AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO	0	0	0	0



ASSISTENTE DE ALUNOS	0	0	0	0
TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS	0	0	0	0
TÉCNICO AUDIOVISUAL	0	0	0	0
TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE MECÂNICA	0	0	0	0
TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE ELETROTÉCNICA	0	0	0	0
TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	3		0	0
TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE QUÍMICA	2			
TÉCNICO DE LABORATÓRIO DE QUÍMICA, FÍSICA E BIOLOGIA	3	0	0	1
TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3	0	0	1

6.1.2 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

6.1.2.1 Biblioteca

O *Campus* Campo Grande – IFMS vem implantando e implementando sua Biblioteca em consonância com o previsto pela Lei n.º 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, a qual tem por finalidade apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de seu acervo atualizado, promovendo o aprendizado individual e o desenvolvimento social e intelectual do usuário; oferecer condições de enriquecimento cultural e de incentivo à leitura, assim como reunir, organizar e catalogar documentos de interesse, além disso, a biblioteca visa também ao atendimento dos compromissos da rede federal de educação profissional e tecnológica com a promoção e desenvolvimento da pesquisa.

Em 2014, a Biblioteca do *Campus* Campo Grande – IFMS era composta por um acervo estimado de 600 títulos e 8186 exemplares de diversas áreas do conhecimento, além de CD-ROM, DVDs, dicionários e atlas, 106 coleções de periódicos CAPES, assinatura das revistas gratuitas Máquinas e Metais, Eletricidade Moderna e RTI.



Por meio do censo escolar, a biblioteca passou a ser contemplada com o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e já recebeu um variado acervo composto por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura, à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Além disso, a biblioteca se encontra inscrita no programa de doação e permuta, do serviço de Intercâmbio da Fundação Biblioteca Nacional que disponibiliza para bibliotecas participantes o acervo em duplicata, entre livros, dicionários, periódicos, folhetos e outros.

A Biblioteca do *Campus* Campo Grande – IFMS está equipada com 6 (seis) computadores, com acesso à Internet para os usuários, sendo 1 (um) reservado para o terminal de consulta ao catálogo da biblioteca. A maior parte do acervo está catalogada no *software* provisório *Biblivre* permitindo o cadastro dos usuários, empréstimos e renovações de livros de maneira mais ágil em relação ao método manual inicialmente adotado. Em 2016 foi adquirido o *software Pergamum*, para o qual o registro de todo o acervo está em fase de migração.

A equipe atual da biblioteca compõe-se de três bibliotecários.

6.1.2.1.1 Projeção de ampliação e melhoria da infraestrutura para a Biblioteca

A sede da Biblioteca no prédio definitivo Bloco D ainda em obras no endereço: Rua Taquari nº 831 Bairro Santo Antônio, CEP 79100-510, com a previsão de entrega do espaço da Biblioteca para 2018 e com planejamento de implantação da sua estrutura física em uma área de 195,02m² dividida com os seguintes ambientes:

Ambiente	Quantidade	Metragem (m²)
Sala de Processamento Técnico	1	15,77



Sala de Estudo	2	15,92
Acervo, Atendimento e Pesquisa <i>on line</i>	1	146,88
Guarda Volumes	1	16,45

6.1.2.2 Laboratórios: Instalações e Equipamentos Existentes e a Serem Adquiridos

6.1.2.2.1 Laboratórios de informática

O *Campus* Campo Grande – IFMS iniciou suas atividades em 2011 com dois laboratórios de informática que tinham capacidade para atendimento a 38 estudantes em cada. Em 2012, foi ampliada a infraestrutura física para adequação às novas demandas de alunos e foi montado mais um laboratório com capacidade para 36 computadores. Em 2013, foi necessária a ampliação do espaço físico e instalação do Laboratório de Manutenção e Suporte de Informática (MSI), o qual contava com 16 computadores e recebeu kits de equipamentos de manutenção que, ainda estão em processo de quantificação e montagem para atendimento aos estudantes. Em 2014, foram adquiridos 82 computadores que foram instalados, em 2015, em 4 laboratórios e, atualmente, estão distribuídos em 6 laboratórios de informática do *campus* Campo Grande.

Em 2016, o *Campus* Campo Grande, unidade centro, possui seis laboratórios de informática, distribuídos da seguinte maneira:

- Dois laboratórios localizados no piso térreo do bloco 1, com as seguintes características:
 - Laboratório 1, contendo 15 computadores conectados à rede por cabos. Neste laboratório, são dadas somente aulas práticas de informática.
 - Laboratório 2 - MSI, contendo 12 computadores conectados à rede por cabos. O laboratório MSI é utilizado para as aulas práticas de informática e manutenção de computadores;
- Dois laboratórios localizados no segundo piso do bloco 3, com as seguintes características:



- Laboratório 3, contendo 40 computadores conectados à rede via Wi-Fi, usado para as aulas práticas de informática;
- Laboratório 4, contendo 45 computadores conectados à rede via cabo, também utilizado para as aulas práticas de informática.
- Um Laboratório, laboratório 5, contendo 40 computadores conectados à rede via cabo, destinado às aulas práticas de informática. Localizado no bloco 2, sala 3.
- Um laboratório, laboratório 6, contendo 20 computadores conectados à rede via cabo, destinados às aulas práticas de informática. Esse laboratório está localizado no primeiro piso do bloco 3.

6.1.2.2 Laboratórios de mecânica

O corpo docente do Curso Técnico Integrado de Nível Médio em Mecânica implantou, em 2012, na sede provisória do *campus*, o Laboratório de Ajustagem, porém, o funcionamento era bastante limitado e as atividades eram agendadas para atender dois alunos por vez. Em 2013 iniciaram as atividades práticas nos laboratórios da Universidade Católica Dom Bosco, mediante convênio, para as aulas sobre Instrumentos de Medição e Usinagem com Geometria Definida. Já em 2014, os laboratórios da UCDB foram utilizados para ensaios mecânicos, para as aulas sobre Máquinas Térmicas, Usinagem com Geometria não Definida, laboratório de materiais e soldas.

No mesmo ano, em função da limitação de espaço na sede provisória, o laboratório de Ajustagem do *Campus* Campo Grande – IFMS foi transferido para o anexo da Reitoria. O Laboratório de Usinagem recebeu 6 tornos, 1 fresadora, 1 plano CNC, 1 centro de usinagem, 1 mesa de desempenho.

No campus definitivo, situado na rua Taquari, bairro Santo Antônio, há planejamento para atendimento das atividades letivas dos estudantes do curso técnico de mecânica, a criação de 6 laboratórios.



6.1.2.2.3 Laboratórios de eletrotécnica

O Curso Técnico Integrado de Nível Médio em Eletrotécnica possui Laboratório de Acionamentos em pleno funcionamento desde 2014. Outros dois laboratórios de Máquinas estão em funcionamento parcial e utilizam materiais disponibilizados pela Rede E-Tec. Ainda estão em processo de implantação os laboratórios de Instalações Prediais, Instalações Industriais e de Instrumentação. Os laboratórios de Eletrônica também estão em atividade parcial e utilizam material do E-Tec.

O *Campus* Campo Grande, unidade centro, possui três laboratórios de eletro informática, distribuídos da seguinte maneira:

- Um laboratório localizado no piso térreo, com as seguintes características:
- Duas bancadas didáticas de ligação de motores (E-tec), fontes de alimentação, multímetros, kit didático de eletrônica digital e analógica, banco de ensaio e ferramentas em geral.

Esses laboratórios são utilizados tanto para os cursos de Eletrotécnica como em Mecânica, quando esses são voltados acionamento de motores e afins. Para os cursos técnicos integrados em Eletrotécnica, também há a previsão de implantação de 6 laboratórios específicos no campus definitivo.

7 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.

Em função das atividades de ensino serem executadas em prédio alugado, o que implica, nos casos de necessidade de reformas, em exigências legais para ajustes do contrato entre locador e locatário, não há, até o momento, a possibilidade para adequações da infraestrutura do prédio.

Entretanto, o prédio definitivo do *Campus* Campo Grande – IFMS, que está localizado na Rua Taquari, nº 931, no Bairro Santo Antônio, prevê em seu projeto obras que viabilizem e atendam as exigências nacionais de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário



imediate e diferenciado às pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida.

Do ponto de vista do atendimento pedagógico, temos o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). O Núcleo tem como finalidade definir normas de inclusão a serem praticadas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul- IFMS, promovendo a cultura de convivência, respeito a diferença e buscar a superação de obstáculos arquitetônicos e atitudinais, de modo a garantir democraticamente a prática da inclusão social como diretriz na instituição

Tal núcleo é formado por uma comissão composta por uma equipe interdisciplinar (membros do NUGED), bem como técnicos administrativos de Nível Superior e Docentes e vem implantando e implementando ações para atendimento às pessoas da comunidade escolar com necessidades específicas.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.

Atuam no *câmpus* profissionais efetivos com formação específica na Língua Brasileira de Sinais, Libras, tais como docentes e tradutores e intérpretes. Contamos com uma profissional tradutora e intérprete de Libras para atuar no atendimento e acompanhamento de pessoas com surdez e/ou deficiência auditiva, em cumprimento ao Decreto 5.296/04 que regulamenta as leis 10.098/00 e 10.436/02. Tal atendimento poderá ser solicitado por estudantes, familiares, servidores ou pessoas da comunidade em geral, que acessem a instituição.

8 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA

O Campus Campo Grande tem formado parcerias com diferentes órgãos e entidades desenvolvendo ações relacionadas ao ensino e gestão pública. Dentre elas, com: a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, a Secretaria Estadual de Educação SED/MS, o Comando Militar do Oeste - (CMO). Essas parcerias têm como objetivos: fortalecer os laços de cooperação entre os diferentes órgãos e entidades, oferecendo cursos de qualidade, formando



profissionais capacitados para atuarem com competência e responsabilidade nas diversas áreas e setores profissionais.

9 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Os gastos referentes às despesas com pessoal, manutenção de instalações, bem como os gastos relacionados às suas necessidades de investimentos, são supridos, em sua maioria, por recursos provenientes do orçamento público da União Federal. Esclarecemos que todo o investimento com folha de pessoal ativo e inativo é administrado pela Reitoria. Os recursos orçamentários administrados pelo Campus são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de Lei específica (LOA).

O orçamento de custeio e capital - OCC (exceto benefícios, convênios e emendas), oriundos do tesouro nacional é rateado entre os diversos Campus pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação - MEC, com base numa matriz parametrizada pela Rede Nacional dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica instrumentalizada pelo CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia).

A institucionalização desses parâmetros para utilização nas matrizes de distribuição de recursos orçamentários e financeiros foi promulgada com o Decreto nº 7.313/2010. Este Decreto estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define critérios para elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais. A totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, exceto de pessoal e benefícios, deve ser submetida aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente à Lei Nº 4.320/64, Lei Nº 8.666/93 e Lei Nº 10.520/2002. A captação de recursos com Instituições públicas e privadas se faz através da elaboração de projetos apresentados a estas Instituições, visando a obtenção de recursos para financiar a expansão da infraestrutura do IFMS.

Os principais critérios que são considerados no rateio orçamentário:



Matrículas e quantidade de alunos	Número de matrículas e quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período.
Número de alunos e de docentes	Relação entre número de alunos e número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado.
Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos	Diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados levam a um maior ou menor repasse orçamentário.
Programas de mestrado e doutorado	Existência de programas de mestrado e doutorado, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.
Núcleos de inovação tecnológica	Existência de núcleos de inovação tecnológica e registro e comercialização de patentes
Sistemas de informação e programas do MEC	A adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo, instituídos pelo Ministério da Educação.

O orçamento anual do *Campus* Campo Grande (homologado pela SETEC) atingiu em 2016 o montante de R\$ 4.276.930,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil novecentos e trinta reais), compreendendo as despesas de manutenção (custeio), investimentos em bens de capital, reparos e reformas em geral. O campus CG tem um grande desafio na adequação e mudanças de padrões na maneira de produzir e consumir serviços, o papel da licitação é observar a legislação sobre os aspectos da sustentabilidade produzindo Termos de Referência e Editais que valorizam iniciativas locais observando: tecnologias, materiais primas, maior vida útil, menor custo de manutenção sempre gerenciando os recursos e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Considerando, assim, conseguir planejar o atendimento, a médio e longo prazo, de todas necessidades do Campus para o atendimento pleno de sua missão e adoção de práticas de sustentabilidade financeira e socioambiental e com base no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 e a Instrução Normativa nº 10, de 12 novembro de 2012 considerando as diretrizes:

- I. menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;



-
- II. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - III. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - IV. maior geração de empregos, preferencialmente mão de obra local;
 - V. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - VI. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - VII. origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

O planejamento das ações institucionais ocorre semestralmente por meio da realização de reuniões setoriais, coordenadas pelas chefias imediatas, para construção de seus planos de trabalho a partir da discussão sobre fluxo de processos adotados em cada setor, suas fragilidades e potencialidades. A partir da análise e avaliação das ações pedagógicas e administrativas adotadas são reprogramadas as ações institucionais visando a melhoria dos processos de aprendizagem e de atendimento a população. Além disso, os servidores passam, anualmente, por avaliação de desempenho, ação coordenada pela Coordenação de Gestão de Pessoas e, tem seus resultados como subsídio para a indução da capacitação profissional.

11 INDICADORES DE DESEMPENHO DO CAMPUS

Os indicadores de desempenho do campus são construídos pela comunidade interna, através de reuniões gerais e consultas setoriais. Além disso, servidores ocupantes dos cargos de gestão estão sendo, paulatinamente, capacitados para implementação de ferramentas de gestão no campus, visando à profissionalização da gestão pública para a melhoria dos serviços disponibilizados à comunidade.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, **institui normas para licitações e contratos da Administração Pública** e dá outras providências.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999.

_____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. **Institui**, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, **modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns**, e dá outras providências. 2002.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. 2004.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação.** 2006



_____. Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. 2007.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

_____. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. 2010.

_____. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP**. 2012.

_____. Instrução Normativa Nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art.16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. 2012.

_____. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal** e dá outras providências. 2012.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio** e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, DF, 4 set. 2012.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, **que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências.

CAMPO GRANDE. Lei nº 4404 de 2006 **cria o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação - CMCTI**. 2006

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **RBP**, São Paulo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002, p.163 -174.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar n. 93, de 5 de novembro de 2001. **Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS- Empreendedor)** e dá outras providências. 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



_____. Decreto Legislativo nº 489 de 16 de novembro de 2010. **Autoriza o Poder Executivo Estadual adotar medidas de incentivo à inovação tecnológica no Estado de Mato Grosso do Sul** e dá outras providências. 2010.

_____. Regulamento nº 001, de 1º de junho de 2012. 2ª Edição. **Dispõe acerca da Política de Uso do Ponto Eletrônico e Jornada de Trabalho dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.** (IFMS). 2012

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014 / 2018 IFMS**
2. Editoração: documento institucional. Publicação 038, 2014. 244 p. 2ª edição. Novembro | 2014. Campo Grande. 2014

SAVIANI, Dermerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional.** 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Ilma Passos da Alencastro. Escola, currículo e ensino. In: Ilma Passos Alencastro da Veiga e Maria Helena Cardoso (org.). **Escola fundamental: currículo e ensino.** Campinas: Papirus, 1991.